



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PRÓ-REITORIA DA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)**



URIANA FERNANDES CURCINO RIBEIRO

**O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E A PRODUÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA BA**

Vitória da Conquista - BA

2020

URIANA FERNANDES CURCINO RIBEIRO

**O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E A PRODUÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

Orientador: Prof. Dr. Mário Rubem Costa Santana

Vitória da Conquista - BA

2020



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

**O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E A PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

URIANA FERNANDES CURCINO RIBEIRO

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da UESB
(PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção
do título de MESTRE.

Aprovada em: 16 de abril de 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mário Rubem Costa Santana
(Orientador) (UESB)

Prof. Dra. Daniela Andrade Monteiro Veiga
(Examinadora Externa) (UESB)

Prof. Dr. Cláudio Oliveira de Carvalho
(Examinador Externo) (UESB)

Vitória da Conquista- BA

R367p

Ribeiro, Uriana Fernandes Curcino.

O Programa Municipal de Habitação Popular e a produção dos assentamentos precários em Vitória da Conquista -Ba. / Uriana Fernandes Curcino Ribeiro, 2020.

117f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Mário Rubem Costa Santana.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 109 – 112.

1. Programa Municipal de Habitação Popular. 2. Política Municipal de Habitação. 3. Assentamentos precários. 4. Habitação. I. Santana, Mário Rubem Costa. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

CDD: 342.1254

Catlogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Dedico este trabalho a todas as meninas e
mulheres que moram em assentamentos
precários.

A todos que lutam por um teto.

A minha mãe, lona que me aquece, estrada que
me guia.

AGRADECIMENTOS

Para muitas pessoas o processo de terminar um mestrado é apenas mais um degrau da vida acadêmica, mas, para outros, chegar até aqui tem um significado que vai muito além, uma vez que, ser mulher e pobre neste país é estar à margem de espaços como a universidade pública. Portanto, terminar um mestrado é sinônimo de resistência.

É preciso salientar a importância da educação pública na minha formação, pois ela permite uma possibilidade de inserção na educação formal aos filhos de trabalhadores e trabalhadoras, que também são trabalhadores como eu. Assim, é fácil entender todos os ataques que a mesma sofre há várias décadas, assim como as políticas educacionais com todas as suas limitações.

No contexto, em que vivenciamos, de um grande movimento em prol da negação da ciência e ataques à Universidade Pública, é importante que mais pessoas pertencentes a mesma classe que eu adentrem a Universidade e, conseqüentemente, aos Programas de Pós-Graduação.

Assim sendo, agradeço à Educação Pública, às bibliotecas públicas, aos pré-vestibulares públicos e aos livros que proporcionaram minha caminhada até aqui, desde a tenra idade, contribuindo para o despertar da minha consciência de classe e inserção na Universidade Pública.

Gratidão à Universidade Pública que me permitiu estar em espaços antes inimagináveis. Viva a Universidade Pública!

Apesar da minha determinação e força, as barreiras são e foram muitas. A participação de algumas pessoas nesse processo contribuiu para que muitas dessas barreiras fossem vencidas. Por isso, quero registrar a importância de algumas pessoas na minha jornada educacional, que contribuíram direta e indiretamente nesse processo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pelo conhecimento compartilhado, pois muito do meu aprendizado, durante a minha formação enquanto geógrafa, foi proporcionado por esses docentes que produzem a ciência geográfica.

À professora Suzane Tosta e ao professor Jânio Diniz pelas disciplinas ministradas durante o curso de mestrado, grata pelo conhecimento compartilhado e, principalmente, por priorizar, em vários momentos, escritoras mulheres.

À professora Mirian Cléa Coelho, por disponibilizar sua disciplina Geografia da População para que eu pudesse realizar o estágio de tirocínio docente e por me receber com

muita empatia, diálogo e profissionalismo, gratidão pelo conhecimento compartilhado, exemplo de docente e pesquisadora.

À turma do tirocínio docente, Geografia 2018.1 da UESB, que me recebeu com muito afeto e tem lugar especial no meu coração. Que alegria dividir esse tempo e espaço com vocês!

Ao meu orientador, professor Mário Rubem Costa Santana, pela compreensão e escuta em vários momentos, pelo conhecimento compartilhado, pelos diálogos e risos no PPGeo, pela caminhada desde a iniciação científica até o mestrado. Minha admiração profunda por sua ética e conhecimento.

Ao professor Claudio e à professora Daniela que participaram das Bancas Examinadoras de Qualificação e Defesa; Que prazer tê-los nesse processo! Gratidão pelas contribuições sugeridas para o alcance da conclusão deste trabalho, pelos elogios, sugestões e os ensinamentos passados.

Ao Saulo, pela contribuição com os mapas.

À FAPESB, pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos companheiros de turma, pelo tempo, espaço, conhecimento, alegria e parceria compartilhados.

Às famílias que me receberam nos assentamentos precários, principalmente as mulheres que compartilharam suas histórias de vida, que me permitiram adentrar suas habitações e observar a realidade na qual estão inseridas.

Aos presidentes das associações dos assentamentos precários pelas informações e disponibilidade, que, dentro de suas possibilidades, têm tentado buscar melhorias para essas localidades.

À Tânia Costa pelas informações compartilhadas.

À minha amiga Janaína, pelo apoio, amizade, companheirismo, broncas e afeto, minha eterna gratidão.

À Regina, pela amizade e força durante a escrita.

Ao meu amigo Lucas, por acreditar, pelo carinho e riso.

Ao Pastor Sinvaldo, gratidão pelos conselhos, escutas e carinho.

Aos demais amigos por entender minhas ausências e escolhas e demonstrarem tanta admiração (Fabiana, Janete, Sarah, Bete, Nágela, dentre outros).

À Carmém Lúcia e à Kátia Amaral, pelo profissionalismo, empenho, por ter acreditado que seria possível chegar até aqui, pelo carinho e amizade, sem vocês não seria possível.

À minha família, pela admiração e por acreditar. Pelo orgulho e afeto, visto que eu sou a única mulher da minha família extensa ainda a se tornar mestra.

À minha mãe, gratidão pelo amor, dedicação, vida, entusiasmo, alegria, força, ensinamentos, sonhos e por entender as minhas ausências. E principalmente por plantar essa sementinha no meu coração, de adentrar uma Universidade Pública, visto que o seu sonho era ir para uma escola, e não teve a oportunidade.

Ao Senhor Jesus, pelo amor e proteção!

Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o cometeremos sempre.

Pagu

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar o Programa Municipal de Habitação Popular e a produção dos assentamentos precários na cidade de Vitória da Conquista – BA, em um entendimento do processo de produção capitalista do espaço que ocorre concomitante à produção de riqueza e miséria. A cidade, no modo de produção capitalista, é o lugar onde a mercadoria, a produção e o consumo se integram dialeticamente em sua totalidade. Desta forma, a maior parte da população fica à margem de direitos fundamentais, como o direito à habitação, saúde, educação entre outros, uma vez que, a maior parte das famílias não possui renda suficiente para acessar esses itens na cidade no modo de produção capitalista. As contradições sociais se aglomeram e o não acesso à habitação faz surgir os assentamentos precários. Vitória da Conquista – BA tem enfrentado problemas com a construção e permanência de habitações precárias, um processo que começou na década de 1980. Concomitante ao aumento populacional na cidade, essa população, sem acesso à habitação, pelo fato de ter pouca ou nenhuma renda, começou a ocupar terrenos nas áreas de pouco valor da cidade. Assim, o Movimento dos Sem Tetos iniciaram as ocupações. Nesse contexto, o poder municipal instituiu uma política habitacional com o intuito de diminuir tais ocupações. Com base em aplicação de questionários, entrevistas, observações diretas e pesquisas bibliográficas, os fatos indicam a permanência da precariedade nos assentamentos precários, além do fato das ocupações continuarem a acontecer na cidade, denotando que não ocorreu muitos avanços quantitativos, mesmo com a existência de um Programa Municipal de Habitação de Interesse Social.

Palavras-chave: Habitação. Política Municipal de Habitação. Assentamentos Precários. Produção do espaço.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Municipal Program of Popular Housing and the production of precarious settlements in the city of Vitória da Conquista - BA, in an understanding of the process of capitalist production of space that occurs concurrently with the production of wealth and misery. The city, in the capitalist mode of production, is the place where merchandise, production and consumption are dialectically integrated in their entirety. Thus, the majority of the population is excluded from fundamental rights, such as the right to housing, health, education, among others, since most families do not have enough income to access these items in the city in the production mode. capitalist. Social contradictions are rife and the lack of access to housing gives rise to precarious settlements. Vitória da Conquista - BA has faced problems with the construction and maintenance of precarious housing, a process that began in the 1980s. Concomitant to the population increase in the city, this population, without access to housing, due to the fact of having little or no income, began to occupy land in the low-value areas of the city. Thus, the Homeless Movement started the occupations. In this context, the municipal power instituted a housing policy in order to reduce such occupations. Based on the application of questionnaires, interviews, direct observations and bibliographic research, the facts indicate the permanence of precariousness in precarious settlements, in addition to the fact that occupations continue to happen in the city, showing that there have not been many quantitative advances, even with the existence of a Municipal Social Interest Housing Program.

Keywords: Housing. Municipal Housing Policy. Precarious Settlements. Space production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Assentamentos Precários – Bairro Espírito Santo, Vitória da Conquista - BA.....	23
Figura 2 – Habitação adequada de acordo a ONU.....	29
Figura 3 – Mapa de Localização de Vitória da Conquista – BA, 2019.....	53
Figura 4 - Assentamento Anelita Nunes, Vitória da Conquista BA, 2019.....	55
Figura 5 – Assentamento Machado Costa, Vitória da Conquista BA, 2019.....	57
Figura 6 - Assentamento Renato Magalhães Vitória da Conquista BA, 2019.....	62
Figura 7 – Assentamento Paulo Rocha, Vitória da Conquista BA, 2019.....	64
Figura 8 – Assentamentos Precários – Loteamento Vila América, Vitoria da Conquista – BA, 2019.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
Figura 9 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	75
Figura 10 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	82
Figura 11 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	83
Figura 12 – Comunidade Maravilhosinha, vitória da Conquista BA, 2017.....	85
Figura 13 – Ocupação Cidade Bonita, Vitória da Conquista BA, 2019.....	86
Figura 15 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	93
Figura 16 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	93
Figura 17 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	94
Figura 18 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	95
Figura 19 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	96
Figura 20 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	96
Figura 21 – Assentamentos Precários – Loteamentos Henriqueta Prates e Recanto das Águas, Vitória da Conquista – BA, 2019.....	98
Figura 22 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	99
Figura 23 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	100
Figura 24 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019.....	100

Figura 25 – Igreja – Assentamento Recanto das Águas..... 104

Figura 26 – Horta comunitária – Assentamento Vila América..... 105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Déficit Habitacional em Regiões Brasileiras.....	28
Tabela 2 - Domicílios Vagos em Condições de Serem Ocupados em Regiões Brasileiras ...	28
Tabela 3 – Crescimento da População de Vitória da Conquista – BA	6868

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assentamentos em Processo de Regularização Fundiária.....	91
Quadro 2 – Pavimentação e Rede de Esgoto nos Assentamentos.....	922

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO	22
2.1 ENGELS E A CRISE DA HABITAÇÃO.....	28
2.2 AÇÕES PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA HABITAÇÃO NO BRASIL	37
3 A QUESTÃO HABITACIONAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA BA	52
3.1 A AUTOCONSTRUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.....	72
4 O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA –BA.....	78
4.1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES.....	115

1 INTRODUÇÃO

Uma das questões crônicas nas cidades tem sido o problema da habitação, originado na propriedade da terra que, desde a colonização, é um nó social. Assim, a concentração fundiária se constitui característica marcante na sociedade Brasileira, acarretando o não acesso à terra pela maior parte da população.

Elementos básicos como: saúde, educação, alimentos e habitação passaram a se configurar como itens de difícil acesso para aqueles que não possuem renda para adquiri-los. Viver na cidade é um desafio constante para as famílias, pois habitar vai além de possuir somente um teto, decorre de inúmeros outros fatores.

Em virtude de a casa ser o lugar da intimidade, das relações familiares, do descanso, lugar de refúgio, o entorno também está imbricado com a casa, devendo oferecer ao indivíduo o direito de ir e vir, o direito à vida cotidiana, gerar a satisfação, o gozo. Todavia, não ocorre desta forma; a população mora, mas mora, em sua maioria, em espaços precários, embora habitar seja preciso e todos precisem de um local, um espaço que possibilite o repouso, que é condição elementar de sobrevivência.

No Brasil a habitação tem sido alvo de discussão em muitos momentos da história, principalmente em razão da grande quantidade de famílias que buscam esse item. Se configurando como um artigo caro, a habitação é permeada por uma rede de interesses que movimentam o capital; se a cidade é um centro de conflitos, um dos itens mais disputados é a habitação.

Nesse processo é considerável o número de famílias em condições indignas de habitação, basta observar os percentuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro, dissertações e teses, entre outras fontes, para se deparar com os números da crise habitacional.

De acordo a Fundação João Pinheiro, em sua publicação *Estatística & Informações: Demografia e Indicadores Sociais 6 - Déficit habitacional no Brasil 2015*, publicado em 2018, o déficit habitacional do país no ano de 2014 era de 6 milhões e 68 mil moradias e no ano seguinte esse número aumentou para 6 milhões e 355 mil moradias. Em 2015, o estado da Bahia foi um dos que apresentou maior déficit habitacional da região nordeste, com 461 mil moradias. De acordo a referida Fundação, o conceito de “déficit habitacional” está ligado diretamente

[...] às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias

que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (IPEA, 2018, p. 20).

Inclusive, o déficit habitacional provém de um conjunto de fatores relacionados à produção do espaço no modo de produção capitalista, às relações advindas da economia, setor imobiliário, trabalho, entre outros.

Diante do exposto, compreende-se que as cidades têm apresentado configurações espaciais contraditórias relacionadas à questão habitacional e advindas do modo de produção, tornando os espaços cada vez mais desiguais.

Dentro desse processo de desigualdades espaciais ocorre, na maioria das vezes, um aprofundamento das necessidades de atender ao capital. Assim, a diferenciação dos espaços aumenta e a questão da habitação se torna latente, pois o elevado custo desse item, em muitos casos, entrava o acesso à compra de terreno e, quando conseguem ter acesso à terra, se deparam com a dificuldade em comprar o material, contratar profissionais para a construção, localização, infraestrutura, equipamentos sociais, dentre outros. Por isso, ocorre nas cidades uma quantidade considerável de habitações precárias em espaços informais. As famílias sem acesso formal à habitação são empurradas para favelas, cortiços e ocupações.

De acordo com o Ministério das Cidades (2009), os cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público, em situação de irregularidade ou de degradação, são considerados assentamentos precários.

No caminho em busca de um teto, diante dos entraves em políticas habitacionais, mercado imobiliário formal excludente, renda insuficiente, os pobres encontram formas de habitar para sobreviver na cidade. De acordo Rodrigues (1997, p. 40),

A favela surge da necessidade do onde e do como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da super exploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, bastando lembrar que o valor real do salário mínimo tem sido extremamente depreciado e está, no atual momento, num de seus mais baixos patamares, cerca de 50% do seu valor em 1960. Resultado também do preço da terra urbana e das edificações – mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores – a favela

exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo urbano de uma parcela da classe trabalhadora.

Nesse sentido, os movimentos por moradia têm papel fundamental na busca das famílias por uma habitação, como o que ocorreu em Vitória da Conquista – BA entre o final da década de 1980 e início de 1990.

Embora as ocupações e a pressão dos moradores para não serem retirados das ocupações não tenha possibilitado, ao longo desses anos, uma melhoria significativa em muitos desses assentamentos, pois, até o presente momento, se encontram ainda com muitos aspectos de precariedade, o poder público instituiu o Programa Municipal de Habitação Popular, em 1991, possibilitando o direito de uso das famílias e, assim, puderam permanecer nas ocupações. Ademais, após aquele momento, quando ocorriam ações de ocupação na cidade, as famílias eram direcionadas à prefeitura para fazer um cadastro.

Ao observar o território brasileiro compreende-se que, ao longo do século XX, muitas foram as políticas públicas direcionadas à habitação, entretanto, não conteve o crescimento do déficit habitacional.

Em termos institucionais, a constituição de 1988 deu um primeiro passo na defesa do direito à cidade, fruto de inúmeras reivindicações de uma reforma urbana que começa a se intensificar por volta de 1960.

Com todos os avanços de marcos regulatórios, como o Estatuto das Cidades, em 2001, que ampliou os espaços de participação popular, regulando o uso do solo e da propriedade e como extensão a instituição do conselho das cidades, com a finalidade de sugerir diretrizes na criação e implementação da política urbana, muito se avançou na questão, com leis e instrumentos; houve um amadurecimento legal, resultado das mobilizações em prol de uma reforma, em fins da década de 1960 e início da década de 1970.

Entretanto, não se pode negar o axioma, que ainda prevalece, da propriedade privada da terra como mercadoria, servindo aos interesses econômicos dos proprietários, uma visão elitista predominante no país, ou seja, existe um conflito de interesses entre a função social da terra e a vontade da elite.

O cenário político registra que as políticas habitacionais têm dado diretrizes e gerenciado uma produção de habitações, todavia, habitações utilizando único modelo familiar, sem considerar as reais necessidades da população e renda para manutenção da mesma, além de vários entraves para o acesso das famílias às políticas.

Um desses entraves é a renda e essa vulnerabilidade econômica acarreta outras limitações, como o acesso ao crédito, às taxas acessíveis, à assistência técnica e à reforma.

Paralelamente à renda, existe o número de habitações direcionadas para atender à população mais pobre, pois é pequena, embora a quantidade de habitações vazias no Brasil, de acordo o IBGE 2010, seja igual à quantidade do déficit habitacional. Assim, o problema não é exatamente a construção de novas habitações, mas, sim, propor outras formas de atender essa demanda por habitação que não seja somente a construtiva.

É preciso pensar para além do acesso, a permanência também encontra obstáculos, pois muitas famílias não conseguem arcar com o pagamento de serviços básicos, como: água, energia, condomínio, reformas. Diante disso, as inovações em materiais de construção e itens para espaços públicos e comuns, ações direcionadas ao desenvolvimento da economia local e acesso à energia e à água, através de métodos inovadores, são algumas das possibilidades para a redução dessas limitações. Diante do exposto, fica claro que as dificuldades estão imbricadas com vários elementos.

Ao observar a cidade de Vitória da Conquista – BA percebe-se que ela tem experimentado um crescimento nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que os problemas referentes à habitação ocorrem. Assim, as ocupações que começaram a ocorrer no final da década de 1980 possibilitaram a implementação da lei municipal nº 570/91 que institucionalizou a política de habitação popular, criando o Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP), em 1991, dando o direito de posse para essas famílias e realizando um cadastro reserva para outras.

De acordo Almeida (2005), os assentamentos precários se originaram de duas maneiras no município: terrenos doados pelo Programa Municipal de Habitação Popular e os terrenos oriundos das ocupações que foram produzidas.

Logo, a presente pesquisa busca analisar o Programa Municipal de Habitação Popular e a produção dos assentamentos precários, em virtude do entendimento de que talvez o programa não tenha cumprido com o proposto. Essa compreensão advém da observação de vários assentamentos precários na cidade de Vitória da Conquista que apresentam elementos de precariedade. Nesta perspectiva de análise é questionado se a implantação do Programa Municipal de Habitação Popular de Vitória da Conquista – BA atingiu os objetivos que foram definidos em sua formulação, como: condições dignas de moradia, melhoria nas unidades habitacionais, regularização urbanística, acesso a equipamentos e serviços públicos e redução do déficit habitacional.

Esta pesquisa se iniciou com base na leitura e o aprofundamento do conhecimento construído sobre as principais teorias relacionadas à habitação e seus desdobramentos no

processo de urbanização, pautada em uma ampla revisão bibliográfica, visto que o conhecimento e o amadurecimento das ideias se dão de maneira cumulativa e relacionada.

Desta forma, o entendimento do processo histórico e do contexto em que as políticas habitacionais no país e no município se efetivaram, juntamente com o histórico das habitações precárias e sua consolidação no espaço urbano, propiciaram a compreensão da questão habitacional popular na cidade de Vitória da Conquista – BA.

As ideias e discussões desta dissertação se apresentam desenvolvidas em alguns pontos importantes. Num primeiro momento a discussão é sobre a produção do espaço e a questão da habitação e, para tanto, autores como Engels e Lefebvre são basilares. No segundo momento, o tema da pesquisa é aprofundado, trazendo uma análise da questão habitacional da cidade de Vitória da Conquista – BA e a criação do Programa Municipal de Habitação Popular. Logo após, a discussão é feita sobre o Programa de Habitação da cidade e a produção dos assentamentos. E por fim é realizada a aplicação de questionários, entrevistas, observações diretas e análises dos mesmos.

2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

A discussão em torno da habitação popular tem se tornado intensa nas últimas décadas e gerando uma vasta produção advinda de pesquisas, ações, dentre outros direcionamentos (criação de projetos para a habitação popular e leis com instrumentos para tentar sanar a problemática habitacional). Majoritariamente, a discussão sobre a habitação tem sido motivada pelos problemas de precariedade habitacional e, conseqüentemente, por ações da sociedade reivindicando acesso à habitação.

São recorrentes, dentro das discussões sobre o urbano, algumas críticas à produção de habitação popular para famílias que possuem até três salários mínimos. Tal produção de habitações é questionada por vários fatores, dentre eles: a localização, que na maioria das vezes ainda não é valorizada, a carência do acesso à infraestrutura e aos variados serviços (esgotamento, pavimentação, transporte público precário, dentre outros), déficit de espaços culturais e de lazeres públicos, edificações com pouca qualidade construtiva, habitações ou projetos sem conexão com o modo de vida dos moradores.

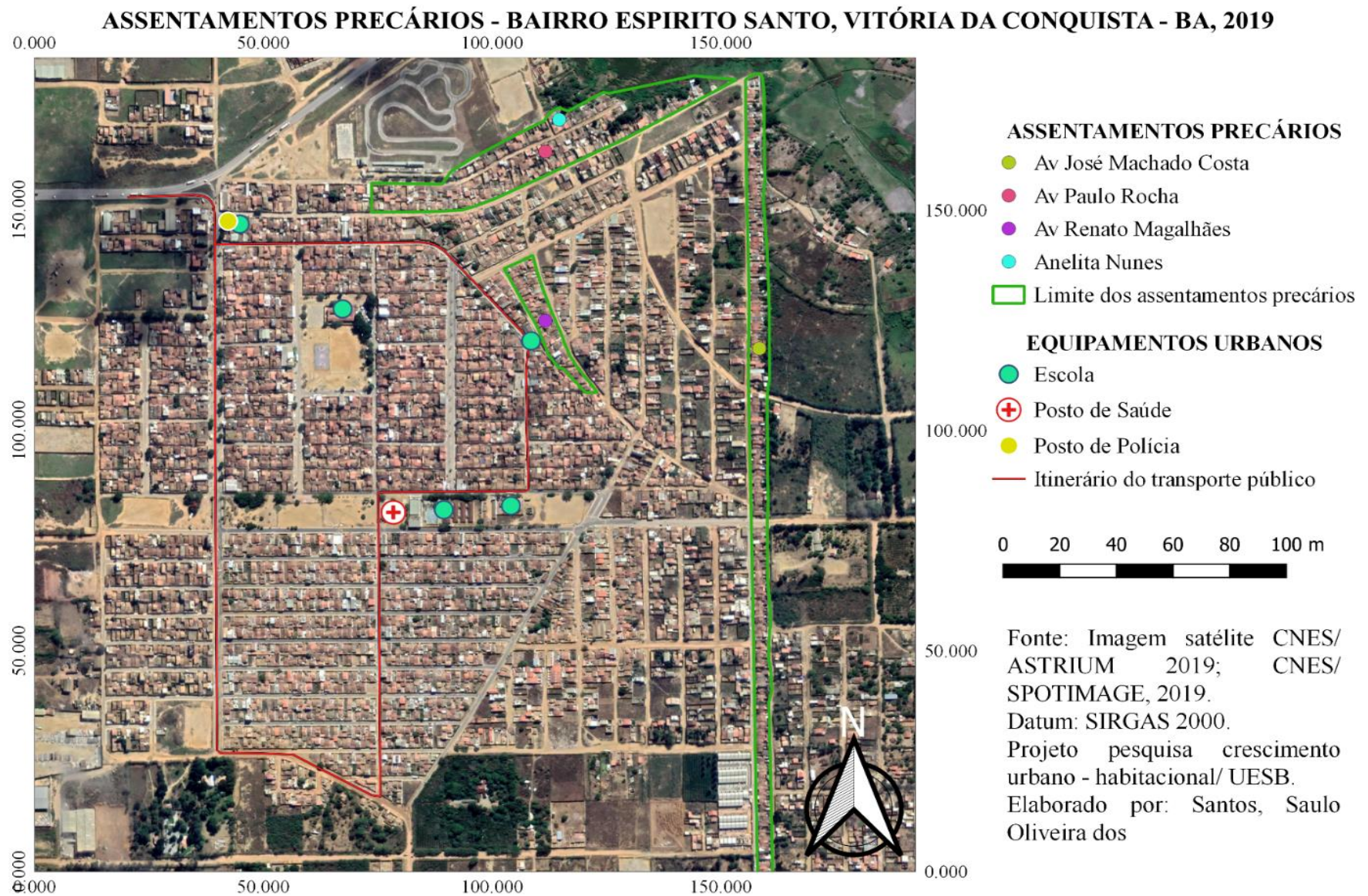
Visto que a problemática desses fatores impacta diretamente no cotidiano dos trabalhadores, a habitação deve ser pensada para promover a qualidade de vida dos habitantes, pois a casa é um vínculo de importância sem medida para a vivência dos sujeitos.

Assim, a população que não têm acesso à política de habitação popular e não consegue obter a moradia por meios legais é compelida a buscar outras formas, ilegais, para possuir um teto e, a exemplo disso, são as ocupações. De acordo Maricato (2003, p. 01),

A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural.

Para sobreviver na cidade, a população é arrastada para os espaços informais ainda pouco valorizados no mercado imobiliário, gerando vários assentamentos precários, como os de Vitória da Conquista, na Bahia. Na Figura 1 é possível observar a localização de alguns assentamentos precários da cidade.

Figura 1 – Assentamentos Precários – Bairro Espírito Santo, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Esses assentamentos apresentam vários elementos de precariedade, como falta de pavimentação, transporte público precário e, em muitas habitações, falta de acesso a rede de esgoto.

Embora outros fatores contribuam com o processo de criação dos assentamentos precários, esse momento também está imbricado com o desenvolvimento e o crescimento das cidades. Conforme a cidade cresce e se desenvolve economicamente o não acesso a habitação também aumenta, ou seja, as desigualdades espaciais aumentam e, conseqüentemente, essas pessoas encontram outras formas de habitar, geralmente, formas ilegais, como as ocupações.

Deste processo surge a problemática habitacional; a pressão da população sem acesso a habitação com as ocupações faz o poder público pensar a cidade, pensar alternativas para as contingências, mas muitas dessas ações não são suficientemente eficazes.

De acordo Davis (2006), em sua obra “Planeta Favela”, a terra se urbanizou de forma muito veloz, superando dados previstos.

A terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previra de início o Clube de Roma em seu relatório sabidamente malthusiano de 1972, *limitsofgrowth* (limites de crescimento). Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de um milhão de habitantes; hoje, são 400 e, em 2015, serão pelo menos 550. Na verdade, as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e crescem hoje no ritmo de um milhão de bebês e migrantes por semana. A população urbana atual (3,2 bilhões de pessoas) é maior que a população total do planeta em 1960. Enquanto isso, no mundo todo o campo chegou a sua população máxima (3,2 bilhões de pessoas) e começará a encolher a partir de 2020. Como resultado, as cidades serão responsáveis por todo o crescimento populacional futuro da terra – espera-se que seu ponto máximo, cerca de 10 bilhões de habitantes, seja atingido em 2050 (p.191).

Para se pensar a habitação é preciso analisar o processo que desencadeia a crise da habitação, esmiuçando quais fatores contribuem para o não acesso da maior parte da população. Ver além do que está posto, visto que o conhecimento é um fato que se realiza na relação dialética sujeito-objeto, não podendo haver uma separação entre ambos. Assim, conforme Lefebvre (1975), a construção do conhecimento é mediada pela prática e o contexto histórico, sendo fundamental conceber o objeto e o objetivo da pesquisa considerando a realidade social e a dimensão histórica.

Os acontecimentos devem ser compreendidos de uma perspectiva do todo, em que as contradições são a chave para o entendimento, buscando superar o senso comum, indo além da reflexão que se exaure em si mesma. Nesse caminho, busca-se por uma postura de transformação da realidade, ou seja, uma reflexão que implica movimento e mudança e não

apenas à análise crítica, articulando, a todo o momento, teoria e prática, operando no desvelamento da realidade.

Deste modo, entender a produção do espaço no modo de produção capitalista, marcado pelas desigualdades, é decisivo para a compreensão da questão habitacional. As ações, movimentos e conexões advindas dessa analogia são permeados por processos.

Dentro desta análise é preciso salientar que durante muito tempo as discussões sobre o urbano estavam pautadas em torno da quantidade (demografia, infraestrutura, entre outros). Entretanto, o espaço geográfico tem vivenciado várias transformações, em muitos casos complexas demais, então, pautar a sua análise somente pela vertente da quantidade não proporciona uma compreensão de fato. Ademais, essas transformações no espaço, advindas da urbanização, estabelecem várias interações na sua dinâmica de produção, sendo essencial a análise destes processos espaciais.

Observa-se que, ao longo do processo histórico, o modo de produção capitalista tem sido produzido e reproduzido a serviço do capital. Assim, essa compreensão direciona o entendimento das relações que produzem o espaço e, nesse sentido, muitos autores da Geografia, dentre outras ciências, entre o final de 1960 e início de 1970, começaram a se debruçar sobre o espaço e sua produção em uma leitura crítica da realidade partindo de uma análise dos processos para entender as diversas realidades.

Dentre estes autores podemos destacar o Henri Lefebvre, filósofo de formação, que em seu livro, “A Produção do Espaço”, traz uma reflexão acerca do espaço em uma perspectiva de análise dialética como método, tendo como centralidade a reprodução das relações sociais de produção e a utilização do espaço como uma das formas de realização dessa reprodução. A análise de Lefebvre mostra a relação entre a realidade e a reprodução das relações sociais junto ao modo de produção, entendendo que o espaço é produzido de diversas formas, inclusive através do trabalho.

Nessa perspectiva, pensar sobre o processo de produção do espaço permite o seu entendimento e o desenvolvimento de pesquisas para a compreensão da realidade a qual ela se insere. No caso da presente pesquisa é a questão habitacional.

Não há como pensar e discutir a cidade sem conceber claramente o espaço imbricado como produto e obra, pois ela tem como característica mais recorrente ser produto, ser vendável, ter um preço. Nesse contexto, e de acordo Lefebvre,

El espacio ya no puede concebir se como pasivo, vacío, como no tienen do más sentido que —al igual que sucede com los otros «productos»— ser intercambiado, consumido o suprimido. En tanto que producto, mediante interacción o retroacción, El espacio interviene em La producción misma:

organización Del trabajo productivo, transportes, flujos de materias primas y de energías, redes de distribución de los productos, etc. A suman era productiva y productora, El espacio entra em las relaciones de producción y em lãs fuerzas productivas (mejor o peor organizadas). Su concepto no puede, pues, aislarse y quedar estático. Se dialectiza: producto-productor, so porte de relaciones económicas y sociales (LEFEBVRE, 1974, p. 55).

As cidades têm perdido o valor de uso como uma característica da produção do espaço e incorporado o valor de troca como principal elemento, ou seja, as cidades têm se tornado mercadorias, atendendo às necessidades do capital e, conseqüentemente, só tendo o acesso à cidade formal aqueles que possuem renda suficiente para tal. Assim, Lefebvre afirma que:

Ahora El espacio entra em las fuerzas productivas, em La división Del trabajo. Sus relaciones com La propiedad están claras; también com los intercambios, com las instituciones, com la cultura, com el saber. Se vende y compra: tiene valor de cambio y valor de uso (LEFEBVRE, 1974, p. 56).

Todo o processo de produção do espaço como valor de troca repercute na apropriação do mesmo pelos sujeitos, pois a produção do espaço está atrelada ao modo de produção vigente, o espaço é moldado por meio das relações do modo de produção. As transformações que ocorrem no espaço caminham juntamente com as mudanças econômicas. Portanto,

Si El espacio (social) interviene em el modo de producción, a la vez efecto, causa y razón, cambia condicho modo de producción. Es fácil de comprender: cambia com las «sociedades», si se prefiere expresarlo así. Así pues, hay una historia Del espacio, como La hay Del tiempo, Del cuerpo, de la sexualidad. Es una historia aún por escribir. (LEFEBVRE, 1974, p.57)

É no espaço que ocorre o choque de interesses, pois não é apenas um recorte geográfico, já que a sociedade está estabelecida na produção e venda de mercadorias. Nesse processo de produção do espaço permeado pelas contradições, a cidade capitalista se desenvolve como um produto acessível apenas para poucos. Almeida (2005, p. 16) discorre que

A urbanização brasileira trouxe para as cidades enormes desafios, em certa medida, resultam de diferentes fatores desde o processo de reestruturação produtiva do capital em nível mundial, até às ações locais e regionais de planejamento e gestão urbanos. Dentre eles, destaca-se o enfrentamento da crise da habitação popular desencadeada, principalmente, pela desigualdade social que dificulta, ou mesmo impede, a apropriação do espaço de forma equilibrada. A massa populacional excluída do acesso à moradia tem crescido e gerando tensões e conflitos.

Desta forma, o autor conclui que as cidades têm experimentado problemas de acesso à habitação devido à própria produção e reprodução do capital, que estão atreladas, também, ao empobrecimento da classe dos menos abastados, na não efetivação de políticas habitacionais e nos deslocamentos campo-cidade, observado por meio do aumento populacional ocorrido nas áreas urbanas.

Nesse contexto, a falta do título da terra em assentamentos precários é bastante frequente, sendo muito comum somente o direito de uso. Esse processo leva, em muitos casos, às diversas relações de poder envolvendo políticos e pessoas de grande influência e

Sem títulos formais de propriedade da terra ou da casa própria, impõe –se aos moradores das favelas uma dependência quase feudal de autoridades e líderes partidários locais. A deslealdade pode significar expulsão ou até o arrasamento de um bairro inteiro. (DAVIS, 2006, p. 201)

Por conseguinte, vários aspectos de precariedade são características frequentes nesses locais, pois o aumento populacional é veloz, e elementos de infraestrutura, equipamentos sociais e acesso às benesses da cidade formal são escassos ou inexistentes. Davis (2006, p. 201), então, afirma que

Enquanto isso, o fornecimento da infraestrutura de sobrevivência arrasta-se bem atrás do ritmo da urbanização, e, muitas vezes, as áreas de favela periurbanas não oferecem nenhum serviço público nem saneamento básico.

Para além desses fatores, em muitos casos tais assentamentos estão localizados em encostas, o que ocasiona mais problemas para a população, pois além da falta de infraestrutura e equipamentos sociais, ainda convivem em áreas com riscos permanentes de deslizamentos.

Paralelamente, por toda parte os pobres urbanos são forçados a habitar terrenos perigosos e nada apropriados para a construção – encostas muito íngremes, margens de rios e alagados. Do mesmo modo, instalam-se à sombra mortal de refinarias, indústrias químicas, depósitos de lixo tóxico ou à margem de ferrovias e auto-estradas. (DAVIS, 2006, p.202)

Nesse contexto da crise da habitação, que tem crescido em várias partes do planeta, o Brasil apresenta o percentual considerável acerca da população sem acesso a uma habitação adequada. De acordo com o IBGE há 6,9 milhões de famílias sem casa, ao passo em que cerca de 6,5 milhões de imóveis estão desocupados. Ou seja, a questão não é falta de habitação e sim a falta de acesso. Em outra pesquisa, agora da Fundação João Pinheiro, os dados também são curiosos, pois o número de domicílios vagos é maior que o déficit habitacional. Observe as tabelas a seguir:

Tabela 1 - Déficit Habitacional em regiões brasileiras.

Região	Total	Urbana	Rural
Nordeste	1.971.856	1.442.690	529.166
Bahia	461.700	368.630	93.071

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Tabela 2 - Domicílios vagos em condições de serem ocupados em regiões brasileiras.

Região	Total	Urbana	Rural
Nordeste	2.583.664	1.839.872	743.792
Bahia	874.929	602.071	272.858

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Além do não acesso a habitação, a inadequação habitacional também permeia a problemática habitacional e se refere à falta de um ou mais serviços de infraestrutura, a exemplo de: coleta de lixo, energia elétrica, adensamento excessivo, esgotamento sanitário entre outros. De acordo o IBGE 2010, o índice de inadequação habitacional na Bahia é de 39,56% e, em Vitória da Conquista, esse índice é de 50,38%. São 64.671 habitações inadequadas no município. De acordo o IBGE a média das cidades no estado da Bahia é superior à média geral do estado.

Os índices denotam o quanto a problemática habitacional tem sido recorrente. A maior parte das habitações em Vitória da Conquista tem apresentado aspectos precários e essa inadequação habitacional, na maioria dos casos, se encontra nos assentamentos precários oriundos ou não de ocupações.

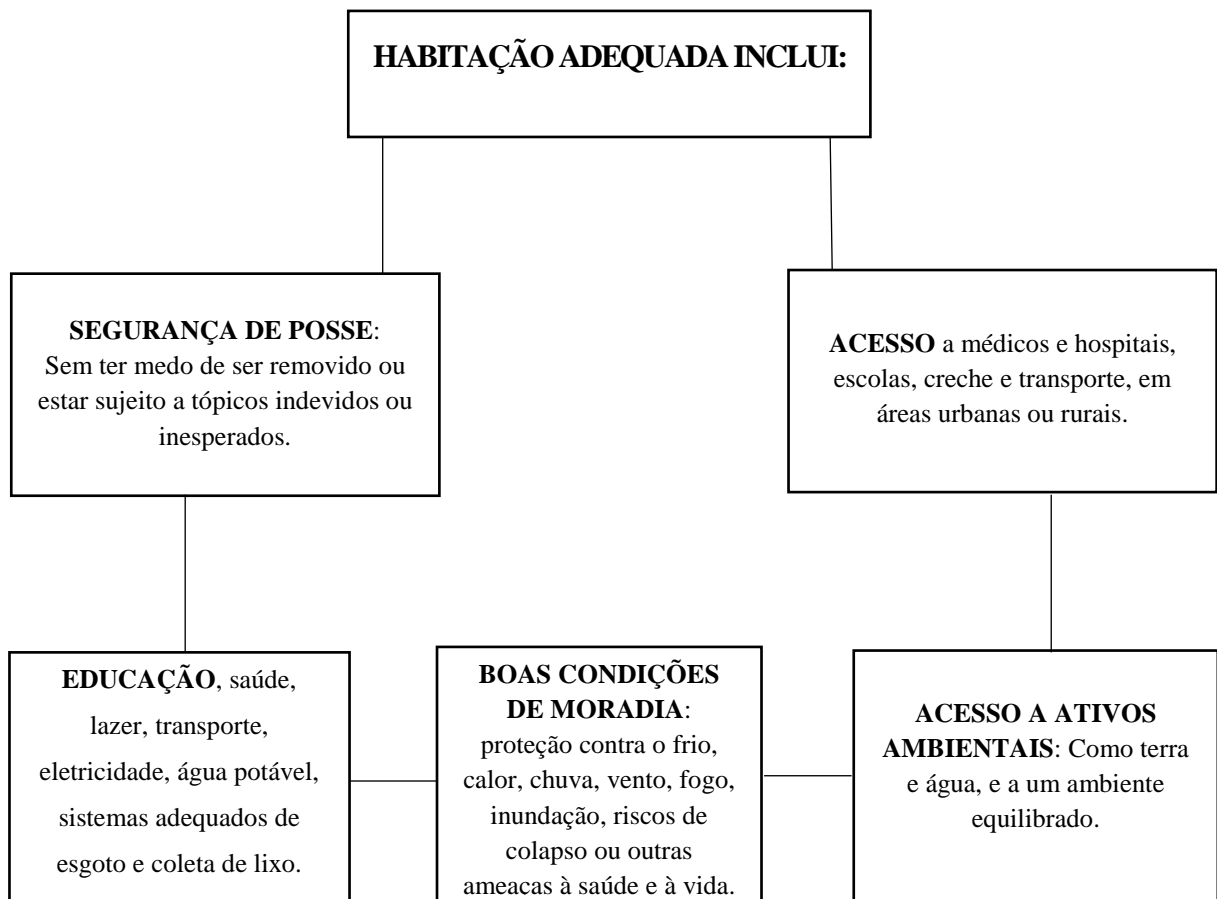
2.1 Engels e a crise da habitação

A questão do habitar está intimamente atrelada a um modo de estar, seja na cidade, na casa ou no mundo, delimitando uma necessidade de um espaço para o repouso, para as relações, para a vida. E o entendimento de como estamos nesse espaço, e como essas questões se processam é fundamental para a compreensão da reprodução da vida.

Visto que muitas são as nuances que envolvem a questão habitacional, não é somente a estrutura de uma habitação em si que deve ser pensada, mas vários fatores, entre eles, a busca pelo acesso de todos a uma habitação adequada, que vai além de paredes e teto. Muito embora, dependendo da cultura de um povo ou da instância legal que analisa, uma habitação adequada possa ter características distintas.

Todavia, é consenso na maioria dos órgãos internacionais que tratam de direitos humanos, da Constituição e pesquisadores, que quando se faz referência a habitação adequada, diz respeito não somente a estrutura da habitação, mas a qualidade do seu entorno também, levando em consideração infraestrutura como: esgotamento sanitário, pavimentação, iluminação, água potável, posse do terreno, equipamentos sociais, como igrejas, associações, creches, escolas, dentre outros. Na Figura 2 temos uma ilustração disso.

Figura 2 – Habitação adequada de acordo a ONU



Fonte: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=2&lang=en Organização: Uriana Ribeiro (2020).

Vários autores têm levantado questionamentos acerca das cidades e seus problemas, contribuindo na reflexão da questão habitacional. Engels, no final do século XVIII e início do século XIX, realiza uma reflexão sobre a questão habitacional trazendo elementos para a

compreensão do problema na atualidade. Ele salienta que a desigualdade é resultante da exploração tendo como implicação uma classe cada vez mais empobrecida. O autor adverte:

Disto resulta também que, a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui abertamente declarada. Tal como o amigo Stirner, os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis; cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto que aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida. (ENGELS, 2010, p.68)

Em sua análise, a questão está relacionada à industrialização e à propriedade da terra no espaço no modo de produção capitalista. Engels afirma que toda miséria que atingia os trabalhadores e, portanto, afetava a questão habitacional, era consequência da grande indústria, advinda da fase de desenvolvimento do sistema capitalista, naquele momento histórico, evidenciando o caráter de completo empobrecimento dos trabalhadores e, como resultado, a sujeição dos trabalhadores locais extremamente precários.

O valor da terra tornou-se mais alto com o desenvolvimento industrial e quanto mais subia, mais freneticamente se construía, sem a menor preocupação com a saúde e o conforto dos moradores, com o único objetivo de obter o maior lucro possível e com base no princípio de que, por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar outro menos ruim. (ENGELS, 2010, p.96)

As famílias pobres almejavam apenas um teto sob o qual pudessem se proteger das intempéries, mesmo que só parcialmente, pois a miséria era tão grande que inibia as pessoas de cobiçarem uma habitação adequada. Assim, descreveu os bairros operários dos grandes centros industriais como Manchester, Birmingham, Liverpool, dentre outros. Engels retratava a situação de pobreza da população e, trazendo à tona as principais características desses espaços, dentro do processo de desenvolvimento capitalista, como: fome, cansaço, doenças, prostituição, mortes e mutilações. O autor nota:

[...] sei muito bem que, para cada homem que é impiedosamente esmagado pela sociedade, há muitos que vivem melhor. Mas afirmo que milhares de famílias honestas e laboriosas. Muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres, encontram – se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino (ENGELS, 2010, p.75).

Engels conclui que essa “falta de habitação” afeta a todas as classes sociais, todavia, os pobres são os que mais sofrem, pois, no sistema de produção capitalista, a riqueza e a pobreza são reproduzidas socialmente na qual a produção de riqueza prevalece junto a realização de mercadorias com valor de troca, enquanto a utilização da riqueza deveria ser empregada na

perspectiva da justiça social. O estudioso apresenta várias cidades, expondo uma situação de sujeira, degradação e poluição, que assola os mais pobres. É possível perceber, no fragmento a seguir, algumas características dos locais reservados, aqueles desprovidos de renda suficiente para habitar outros espaços.

Basta de exemplos, uma vez que toda a área do Irk é assim: um completo caos de casas amontoadas, todas mais ou menos inabitáveis, cuja sujeira interna corresponde perfeitamente à imundície que as circunda. E como, nessa situação, as pessoas poderiam ser limpas? Não existem mínimas condições para a satisfação das necessidades naturais e cotidianas. As instalações sanitárias são tão raras que estão constantemente ocupadas ou, para a maioria das pessoas, muito afastadas. Como pretender que as pessoas se lavem, quando tem à sua disposição somente as águas imundas do Irk, com canalizações e bombas apenas nos bairros decentes? Na verdade, é impossível censurar esses hilotas da sociedade moderna por serem suas habitações tão suas como os chiqueiros que se encontram de vez em quando no meio delas. (ENGELS, 2010, p.94)

Engels ainda destaca a existência de vários “bairros de má fama”, a pobreza convivendo com a miséria dos valores estabelecidos pela sociedade. Dessa forma, a sociedade estigmatizava esses locais e, nota-se também, que em todas as grandes cidades a maior parte da classe operária habitava esses espaços.

Certamente, no atual contexto, a estigmatização dos espaços precários permanece e as favelas, os cortiços, os condomínios degradados e os loteamentos irregulares com moradores pobres são considerados uma ameaça à cidade. Em muitos casos os moradores evitam dizer o lugar que moram, em razão do juízo de valor que é atribuído aos locais. Vistos como espaços permeados apenas da violência, e, de todas as formas de degenerações humanas, as famílias dos assentamentos precários são estereotipadas. Até mesmo as formas de lazer, encontradas pelos moradores, são alvos de coerção, como a exemplo de algumas manifestações culturais produzidas ou consumidas por uma parcela da população brasileira, especialmente a juventude pobre e negra, geralmente reprimidas com extrema violência pela polícia na tentativa de penalizar as práticas culturais.

Isso denota uma seletividade e controle social que atinge uma parcela da população, que convive com a falta de ações do poder público, para a promoção da cultura em espaços como os assentamentos precários. Sem políticas públicas para a juventude pobre as manifestações culturais são alvo de moralismos e criminalizadas. Essa penalização seletiva não é somente atual, desde a colonização Brasileira que as práticas culturais do povo negro e pobre são criminalizadas. Ou seja, essas questões perpassam pela classe social, cor da pele e gênero.

Engels também explica que as principais características nos bairros pobres da Inglaterra era a proliferação de doenças infecto contagiosas e mortes por inanição de trabalhadores em

virtude da miséria. Nesse processo de exploração o trabalhador não consegue ter acesso a uma habitação adequada para viver, pois o pouco dinheiro que consegue é para fazer uma alimentação muitas vezes pobre nos nutrientes necessários para uma saúde adequada. O autor explica:

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: Lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; Se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2010, p.69)

O alimento é fundamental para a reprodução da vida e tem um papel central no cotidiano de todos; para muitos autores ele define a qualidade de vida de um povo, mas também é uma forma de controle das massas, pois o tipo de alimentação, ou o não acesso, diz muito sobre o poder embutido nesse hábito.

Certamente a falta de uma alimentação adequada sempre foi uma característica nas famílias pobres, pois quanto mais riqueza a classe trabalhadora produz através do trabalho, mais pobre ela se torna, e o pouco dinheiro que conseguem geralmente não proporciona uma alimentação apropriada.

Em se tratando das habitações da classe trabalhadora de fábricas da Inglaterra, em sua maioria, utilizava as habitações operárias, cedidas pelos patrões, que geralmente apresentavam espaços bastante improvisados, sem instalações sanitárias adequadas. Assim, o proprietário explorava o trabalhador duplamente: como operários da indústria e como inquilino. Essa relação também servia como método antigreve, ou seja, uma forma de controle da massa trabalhadora.

Os escritos de Engels permitem revelar a exploração capitalista e os seus efeitos na habitação das classes menos favorecidas, contribuindo para a reflexão acerca da atualidade com sua problemática habitacional. Seu texto expõe toda a degradação dos locais habitados pela população desprovida, trazendo questões referentes à poluição, habitações minúsculas e totalmente degradadas. Engels observa.

Abaixo da ponte, avistam-se os montes de lixo, as imundícies, a sujeira e a degradação dos pátios situados na escarpada margem esquerda; as casas comprimem-se umas às outras e, dada a inclinação da margem, cada uma se

vê apenas parcialmente, mas são todas mais ou menos iguais: enegrecidas pela fumaça, degradadas, velhas, as janelas com caixilhos e vidros aos pedaços. (ENGELS, 2010, p.93)

Todo o crescimento urbano e econômico, experimentado no momento histórico descrito por Engels, e muito atrelado ao desenvolvimento da indústria, não possibilitou melhorias sociais amplas, permanecendo o problema habitacional, ou seja, esse desenvolvimento não significou o acesso dos trabalhadores às benesses do capita e apenas uma pequena parcela da sociedade teve acesso a toda a riqueza produzida com a industrialização. Assim, o que ocorreu foi uma maior exclusão dos trabalhadores com o aumento do preço da terra.

Desde os escritos de Engels, certamente, várias mudanças ocorreram sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, todavia, as relações de exploração do trabalhador permanecem, ainda que suas formas e variações não sejam exatamente iguais. Apesar das políticas e instrumentos legais, o alcance das mesmas é pequeno diante da complexidade da questão habitacional, principalmente por estar assentada na renda, entre outros fatores, gerando uma teia de processos conectados com o item habitação.

De acordo Engels, o modo de produção capitalista está assentado na separação do trabalhador dos meios de produção e, conseqüentemente, na extração da mais-valia, sendo a desigualdade social sua parte essencial. Desse modo, são reservados aos trabalhadores os espaços ainda de pouco valor imobiliário, característica que se perpetua até os dias atuais.

Ainda é preciso destacar que, desde a obra de Engels até o presente momento, várias foram as mudanças no planejamento urbano e nos formatos de reivindicações sociais devido à questão da habitação ser marcada por contradições, como a falta de acesso da maioria da população a esse item. Entretanto, constatam-se poucas resoluções a respeito do problema da habitação, permanecendo as marcas da urbanização capitalista, que é o empobrecimento cada vez maior da classe trabalhadora em detrimento do aumento da justiça social.

Assim, Engels concluiu que o fato de o trabalhador ser dono de sua habitação não resolve a questão da crise habitacional. Sua análise se baseia no fim da exploração da classe trabalhadora pela classe dominante para colocar fim à crise da habitação. Logo, somente com o fim da exploração as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista se findarão.

Em alguns momentos o poder público promove ações para sanar a problemática habitacional, mas essas ações são, na maioria das vezes, insuficientes. Desse modo, algumas obras apenas mudam os pobres de lugar, ou seja, remove-os para um lugar igual ao anterior ou mais precário ainda. Engels é enfático ao afirmar que

[...] enquanto o modo de produção capitalista existir, será disparate pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à sorte dos operários. A solução reside, sim, na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação pela classe operária de todos os meios de vida e de trabalho (ENGELS, 1887, p.43).

A análise de Engels é muito contemporânea, pois ele observa toda a exploração do trabalhador e suas consequências no modo de vida, na habitação, na alimentação, na saúde, na educação. Assim, no presente contexto, os interesses hegemônicos ditam as normas do planejamento urbano, tendo o poder público como facilitador para execução de seus interesses, aprofundando a problemática habitacional dos trabalhadores. Engels conclui:

A chamada falta de habitação, que hoje em dia desempenha na imprensa um papel tão grande, não consiste no facto de a classe operária em geral viver em casas más, apinhadas e insalubres. Esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas de todos os tempos. Para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante (ENGELS, 1887, p.4).

No Brasil, essa mesma lógica foi reproduzida nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, com normas de planejamento para atender à iniciativa privada, com a produção em larga escala de habitações, como o Programa Minha Casa Minha Vida que contemplou apenas um teto e paredes, no modelo nuclear de família, pai, mãe e dois filhos, sem considerar os diversos arranjos familiares brasileiros.

É preciso compreender que o povo brasileiro é muito distinto, várias culturas se entrelaçam no vasto território do Brasil e tal fator é perceptível na religião, alimentação, vestimentas, ideais, manifestações culturais, dialetos, formas de habitar, entre outras questões. Entretanto, a maior parte das políticas homogeneíza toda a população e dificulta o cumprimento de objetivos e atendimento de demandas, além da não compreensão da diversidade no modo de vida, junto a não escuta e envolvimento da população na questão habitacional no país, ou seja, se constrói habitação social no Brasil sem a participação da população que será atendida.

Logo, essas habitações são localizadas distantes do urbano, sem infraestrutura de postos de saúde, escolas, supermercados, farmácias, feiras, praças, espaços de lazer e espaços culturais, sem um transporte de qualidade e acessibilidade financeira, sem infraestrutura para idosos ou pessoas que portam algum tipo de deficiência. Também não se levou em consideração a questão da renda para a manutenção da habitação, o que acarretou na inadimplência de muitas famílias.

A classe trabalhadora, na busca por um teto, encontra vários obstáculos em razão das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista que exerce a função de manter menores os ganhos dos trabalhadores com os salários baixos e com o desemprego. Assim, o cenário que se apresenta é de políticas habitacionais seletivas, mercado imobiliário formal excludente e renda insuficiente.

Nota-se que tanto a partir da industrialização, momento que Engels escreve suas obras, quanto na atualidade, à medida que o desenvolvimento econômico ocorre e as cidades promovem o seu embelezamento, seja através de ações higienistas e/ou modernizações nas construções, os pobres vão sendo empurrados para os espaços mais precários.

Assim, a forma como novos espaços são construídos e revitalizados na cidade produz vários rebatimentos no cotidiano do trabalhador no meio urbano, uma vez que o torna oneroso, ficando claro que a lógica da reprodução do capital não é a inclusão dos sujeitos na cidade, mas a lucratividade.

Nesse contexto, os trabalhadores produzem a cidade, mas não se sentem parte dela, pois a injustiça espacial é predominante. O valor de troca vai se impondo ao valor de uso no qual as coisas são abstraídas das suas propriedades de uso e passam a ser mediadas pelo dinheiro. O trabalhador fica alheio ao caráter social de produção da cidade, as relações passam a ser tecidas pelo dinheiro, a cidade que, anterior a industrialização, era mais obra, passa a ser mais produto, já não tem um caráter somente de produção do conhecimento, da técnica, da política ou da vida, mas sim, do lucro.

Com a necessidade de obter lucro com a cidade, os trabalhadores não conseguem acessar a habitação, uma vez que o modo de produção vigente transformou a terra em mercadoria, valor de troca. Em um campo de relações de poder o espaço tem sido produção e consumo utilizado por uma classe social que detém o poder através do solo privado e, assim, monopoliza o espaço construindo e ocupando da forma que lhe convém.

Verifica-se que a reprodução da pobreza é sistêmica no modo de produção vigente, pois as ferramentas de desenvolvimento na humanidade são criadas para a reprodução do capital. Quando Engels descreve o processo de expropriação do trabalhador, na Inglaterra, demonstrando toda a vulnerabilidade das famílias, se percebe várias continuidades na atualidade. Percebe-se que a renda é um fator importante, pois tudo perpassa por ela e, por isso, se compromete toda a reprodução da vida.

O processo de exploração do trabalhador no modo de produção capitalista ocorre continuamente, mas de forma que não prejudique a produção de mais-valia. Também é preciso ressaltar que os próprios trabalhadores exercem pressão em momentos de muita penúria e é

assim que algumas concessões são realizadas pelo próprio sistema, até mesmo para manter as pressões controladas também.

Nesse processo, as condições estruturais da habitação, advindas da pouca ou nenhuma renda, têm forte rebatimento na saúde e educação das famílias. Como conseguir estudar sem um espaço adequado em casa para isso? Como estudar sem ter se alimentado adequadamente? Como estudar com todos os problemas estruturais familiares? Como estudar ouvindo tiros? Como estudar ouvindo gritos de violência contra a mulher? Como ter boa saúde sem ter acesso ao alimento? Como ter saúde sem ter acesso a alimentos de verdade? A questão da habitação envolve uma rede de relações que é preciso considerar para obter um melhor dimensionamento de ações na tentativa de sanar seus vários limites.

À medida que as sociedades vão se desenvolvendo são criadas ações para apaziguar as contradições que são próprias do capitalismo. Entre essas ações tem-se a criação de políticas habitacionais, criadas para atender a demanda por moradias, entretanto boa parte da população não consegue acessar uma habitação, o que denota a não efetivação de muitas das ações direcionadas a problemática habitacional. Rodrigues (1897) afirma que

A chamada crise habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores. Não se conhece grandes empresários ou executivos que tenham dificuldades de morar adequadamente, desde que, é claro, paguem por esta mercadoria tornada escassa e cara. Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova (RODRIGUES, 1897, p.12).

A classe social demarca o lugar de habitar, desse modo, os locais reservados àqueles que não podem pagar por uma habitação são permeados de precariedade e riscos, uma vez que, oferecem ameaças de deslizamentos, inundações, dentre outros. Maricato observa.

O espaço urbano da moradia precária inclui as várias formas de provisão da moradia pobre: casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes, enfim, não há aqui a necessidade de um rigor técnico quantificável. (MARICATO, 2011, p.110)

A questão habitacional está imbricada com inúmeros fatores e por isso a mercantilização da casa própria é um dos entraves na resolução da negação dos trabalhadores de pouca renda ou nenhuma no acesso à terra, aos serviços urbanos, aos espaços públicos e ao crédito e à exclusão dos mesmos dos processos de decisão referentes ao espaço urbano. De acordo Rodrigues,

Especialmente mudam as características da habitação. É suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as

características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da conservação, de acabamento das casas, as ruas – asfaltadas ou não-, a existência de iluminação, esgotos, etc. para se ter uma noção da segregação espacial. Ao mesmo tempo, há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infraestrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho e características das casas e terrenos, mas à própria cidade. (RODRIGUES, 1897, p.11)

Os problemas relacionados à habitação decorrem do não acesso à terra. Enquanto não houver uma reforma que conduza a redistribuição de terras o conflito social continuará. A forte concentração nas mãos de poucos produz a desigualdade. Desta forma, a terra é central quando se discute a habitação; se a cidade é um espaço de conflitos um dos itens mais disputados é a habitação.

2.2 Ações para a resolução dos problemas da habitação no Brasil

A intervenção do estado nas questões habitacionais não é algo recente. No Brasil Colônia já se verificava um interesse e uma incipiente intervenção da coroa no que diz respeito à habitação, mesmo com o crescimento populacional com poucos problemas relacionados à habitação, pois metade da população brasileira ainda estava na condição escrava e, portanto, habitavam as senzalas. Os problemas relacionados ao acesso a habitação começam a ascender, de fato, por volta de 1886, provocando um aumento mais acelerado do número de cortiços.

Em virtude do fim da mão-de-obra escrava, após 1988, a população precisava habitar em algum lugar. Com isso, o aumento de cortiços com habitações de condições precárias, tanto de estrutura quanto de higiene, se torna mais veloz. Esse processo de aumento da população livre está relacionado à entrada de imigrantes no país, no século XIX, que foram de mais ou menos quatro milhões de estrangeiros, e à aprovação de algumas leis entre 1850 a 1888, como: a lei do ventre livre de 1871, a lei Eusébio de Queiros de 1850 e a lei do Sexagenários de 1885.

Convém observar que, pouco antes da abolição da escravatura, se instituiu a lei de terras no Brasil, uma lei que foi escrita sem considerar a forma como ocorreu o processo de ocupação do território Brasileiro, o que levanta várias hipóteses sobre os vários interesses na criação da lei. Assim, daquele momento em diante, a terra passa a ter um preço, ou seja, a ser vendida. Desta forma, para ter acesso era preciso ter dinheiro e, de acordo com Rodrigues (1897, p.18),

O preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do

trabalhador sem recursos à terra: "este momento refere-se à passagem do escravismo ao trabalho livre {.....} Fica evidente que o conselho de estado considerava extremamente importante impedir o acesso à terra dos trabalhadores livres, o que se torna efetivo com a lei de terras de 1850, ficando assim sancionado o princípio que baniu o trabalhador da terra. Define que a terra será vendida no mercado e que terá um preço, que deverá ser inacessível aos trabalhadores, para que estes se constituam efetivamente em mão-de-obra para a lavoura. Como diz José de Souza Martins, a terra tornou-se cativa do capital.

Ao longo da história brasileira algumas regulamentações em torno da terra vão sendo feitas, tendo como características preponderantes serem elitistas e tecnocráticas e, em muitos casos, a legislação fundiária, urbanística e os procedimentos de licenciamentos não atendem às necessidades dos assentamentos precários. De acordo Rolnik (2011), a gestão do solo urbano é algo que pouco se discute no Brasil, ocasionando vários problemas na questão habitacional.

Com o crescimento dos centros urbanos, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX, a quantidade de habitações coletivas aumentam e esses espaços, em sua maioria, não apresentavam os elementos necessários para o habitar.

O aumento populacional nos centros urbanos e a pobreza tornaram a questão habitacional mais crítica, pois, à medida que cresciam as habitações precárias, as doenças e as epidemias também aumentavam.

Os cortiços começaram a proliferar no Brasil Colônia e atravessaram a República, sendo alvo de ações ao longo do século XIX e início do século XX, por meio de vários decretos e utilizando um discurso médico-higienista e uma perseguição da polícia a seus moradores, alimentado pelo estigma de lugar de desordeiros e de imoralidade.

Assim, os discursos e ações higienistas ganham força acarretando em várias intervenções urbanísticas apoiadas no discurso sanitarista. Ideias como civilização, beleza, saúde e regeneração física e moral eram amplamente pregadas para legitimar as ações.

Nesse contexto, o Código de Posturas vai se encarregar de manter áreas na cidade exclusivas para a elite, visto que em determinados locais, até os cortiços e mendicância, eram proibidos. O mesmo ocorreu com o Código Sanitário, instituindo normas de higiene para as construções com o intuito de dificultar a construção de cortiços. Desta forma, ações de demolição, de reforma e de desinfecção eram realizadas.

À medida que ações higienistas, junto à reforma urbana, estavam sendo postas em prática, a população pobre deixou os centros e passou a habitar nos chamados subúrbios.

De acordo Bonduki (1982), em 1920 a maior parte das habitações de São Paulo eram de aluguel e não havia uma política de estado para financiamento de habitação. Ser proprietário

de casa de aluguel era um grande investimento rentável e seguro, pois a expansão das cidades ocorria em um ritmo acelerado. Bonduki (1994, p. 713) afirma que

Considerando-se que boa parte dos prédios ocupados pelos trabalhadores de baixa renda eram cortiços e, portanto, ocupados por mais de uma família, conclui-se que quase 90% da população da cidade, incluindo quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média, era inquilina, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para aquisição da casa própria.

Com mais de 30% da população vivendo na zona urbana os problemas habitacionais cresceram e a situação de precariedade da população pobre era uma desordem, não somente econômico, mas higiênico e moral.

A criação das casas operárias também ocorreu nesse momento e eram produzidas pelos empresários de indústrias. Tal movimento caracterizava uma forma de manter o controle sobre os trabalhadores, evitando greves ou disseminação de ideias contrárias à exploração, um domínio da massa trabalhadora, muito próximo ao descrito por Engels na Inglaterra.

Em 1920 foi criado o Código de obras Arthur Saboya, promulgado em 1934. Dentre suas disposições, ficou estabelecido o que era uma habitação popular e uma residência e, com o discurso de redução de custo para a habitação dos mais pobres, o Código estabelecia que:

Habitação “popular” é toda aquela que dispõe, no mínimo, de um aposento, de uma cozinha e de compartimento para latrina e banheiro, e, no máximo de duas salas, três aposentos, cozinha, copa, despensa e de compartimento para latrina e banheiro, sem contar a garagem e o quarto de criada. (CODIGO ARTHUR SABOYA, 1934, p.6)

Com o desenvolvimento industrial brasileiro, por volta de 1940, começa-se a desenvolver habitações advindas do processo de autoconstrução em localidades de pouco valor imobiliário, diminuindo o ritmo de crescimento dos cortiços.

Nesse ínterim, tem início a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPis), no governo de Vargas. De acordo Bonduki (1994), nesse momento dá-se início a uma pequena produção de habitações pelo estado, possibilitando o financiamento imobiliário. Outra ação foi a criação do decreto-lei do inquilinato de 1942, regulando a relação entre locadores e inquilinos, o que aprofundou ainda mais a crise habitacional. Desta forma, houve uma redução no déficit habitacional do Brasil, mas abarcou a classe média e alta e, assim, a problemática habitacional continuou sem nenhuma resposta efetiva do poder público.

O poder público começou a autorizar as caixas de aposentadoria e pensões a financiar habitações para seus segurados. Todavia, esses Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)

não conseguiam englobar a população com pouca ou sem renda. Com isso, o estado privilegiava a produção privada e a população muito pobre passou a ocupar os locais mais precarizados. Assim, o IAP foi direcionado para a população de renda média, em sua maioria trabalhadores dos setores produtivos das indústrias e dos transportes, ou seja, apenas trabalhadores com registro formal tinham o acesso. Sobre isso, Bonduki (1994, p. 717) afirma que

Seria equivocado considerar que o governo Vargas e os que se lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. Não houve, efetivamente, a estruturação de uma estratégia para enfrentar o problema nem a efetiva delegação de poder a um órgão encarregado de coordenar a implementação de uma política habitacional em todos seus aspectos (regulamentação do mercado de locação, financiamento habitacional, gestão dos empreendimentos e política fundiária). E, menos ainda, uma ação articulada entre os vários órgãos e ministérios que de alguma maneira interferiram na questão.

No governo de Gaspar Dutra foi criada a Fundação da Casa Popular, uma instância federal de produção habitacional com objetivo de garantir saneamento, infraestrutura, formação técnica, dentre outras ações. Todavia, também não contemplou a população mais pobre; a falta de recursos, falta de articulação com outros órgãos e gestão ruim foram alguns dos impasses que influenciaram na não efetivação da política.

Assim, foram extintos tanto os IAPs quanto a Fundação Casa Popular. Logo, em 1964, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e as habitações passaram a ser construídas apoiadas no menor custo sem respeito à qualidade, sem infraestrutura e aparatos sociais, localizadas, na maioria dos casos, distantes dos centros urbanos. Rolnik (2009, p.3) observa:

Quando construídas, as moradias populares foram, em sua maioria, implantadas fora das cidades, em periferias distantes e desequipadas e, muitas vezes, sob as mesmas condições de irregularidade e precariedade urbanística que marcava o mercado informal popular. Por outro lado, o mercado de classe média – que concentrou 2/3 das unidades financiadas pelo BNH – conheceu enorme expansão, gerando crescimento da verticalização residencial e constituindo novos eixos de centralidade nas cidades médias e grandes do país.

As ações do BNH impulsionaram a construção civil e a produção habitacional, mas a maior parte das habitações produzidas foram para a classe média. Assim,

O banco Nacional de Habitação- BNH viabilizou políticas de financiamento habitacional e de infra-estrutura urbana que intensificaram construções nas cidades, graças a uma economia vigorosa, mas fortemente concentradora de renda, resultando em uma produção voltada prioritariamente para as faixas de renda mais altas. Durante o período de vigência do BNH, 1964/86, a produção correspondeu a um total de 4,5 milhões de unidades, o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido para o período. Desse total, somente 1,5 milhão de unidades (33,3%) destinaram-se às camadas populares

da população, através da construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas alternativos, ou seja, (AZEVEDO, 1988). Ainda que, nesse período de grande crescimento urbano, loteamentos populares também tenham sido implantados pelo mercado imobiliário, visando uma demanda solvável, esses loteamentos, na sua maioria, não foram dotados da infraestrutura necessária para boas condições de moradia (GORDILHO, 2004, p.2).

Com a maior parte das habitações do BNH sendo reservada para a classe média, a problemática habitacional continuou a passos largos e a criação veloz de favelas foi um dos resultados da inexistência de uma política de habitação voltada para as classes mais pobres.

Nesse contexto, o movimento de reforma urbana teve início na década de 1960, tendo como principal bandeira a Reforma Agrária do Campo. No entanto, com a ditadura militar, em 1964, as propostas de reformas dos segmentos progressistas foram abortadas, voltando a ser discutida novamente entre às décadas de 1970 e 1980, quando iniciou uma abertura política gradual no país. Nesse momento, a voz dos movimentos sociais começa a ter mais importância, possibilitando uma participação maior com suas pautas de reivindicações, entre elas, a questão urbana. Alguns fatos foram muito importantes na luta pela reforma urbana: a criação do Movimento de Reforma Urbana, em janeiro de 1985, e a Constituição, de 1988, que, durante sua construção, foi um importante espaço de luta política para garantir algumas pautas. Maricato (2011, p. 106) afirma:

Os movimentos urbano e operário inauguraram uma nova forma de fazer política no Brasil a partir da segunda metade dos anos de 1970 reivindicando espaço na cena política. De modo inédito e após muito acúmulo, os movimentos urbanos construíram uma entidade nacional em 1987 – o Fórum Nacional de Reforma Urbana – que buscou superar as reivindicações pontuais e específicas e propor uma agenda unificada para as cidades.

A proposta da Reforma Urbana não era uma sugestão de governo, mas um movimento que envolvia a sociedade e sua leitura acerca da cidade, principalmente sobre os problemas urbanos.

Não se tratava, portanto, de desenhar tecnicamente uma proposta de governo, ainda que houvesse uma base histórica de onde partir, mas de construí-la socialmente com a ajuda dos conselhos nacional, estaduais e municipais das cidades, a partir de informações sobre a realidade brasileira, que como vimos passa por grandes mudanças. Ganhar militantes para uma nova percepção da realidade urbana, geográfica, ambiental é uma tarefa que deveria inspirar-se em Paulo Freire. As forças que construíram a proposta de reforma urbana fizeram isso durante pelo menos mais de duas décadas. Ganharam adeptos em diversos setores da sociedade, construíram uma leitura original sobre a cidade periférica, dando visibilidade ao que era invisível, e uma agenda original sobre a reforma urbana. (MARICATO, 2011, p.55)

Assim, o período que antecede a promulgação da Constituição de 1988 é marcado pela articulação do movimento de Reforma Urbana em prol do alargamento de direitos humanos, mais especificamente no quesito da política urbana, o que vai direcionar dois artigos de muita importância sobre a função social da terra. Assim,

Desde o período da Constituinte, um movimento pela reforma urbana articulou movimentos sociais de luta por moradia a profissionais de várias áreas, como advogados, arquitetos, urbanistas, engenheiros, além de técnicos de prefeituras e segmentos da Universidade como parte da mobilização social que pressionava a Constituição de 1988 na direção da ampliação dos direitos humanos e cidadania. Especificamente na área de política urbana, a mobilização resultou na inserção de capítulo de Política Urbana na Constituição (artigos 182 e 183), em que se afirmava a função social da cidade e da propriedade, o reconhecimento e integração dos assentamentos informais à cidade e a democratização da gestão urbana – entendida como ampliação dos espaços de participação e controle social das políticas. (ROLNIK, 2009, p.4)

De acordo Gordilho (2004), muitas reivindicações permearam a luta pela Reforma Urbana, o que pressionou o poder público a assegurar em lei o direito à cidade, regulamentando instrumentos para a política urbana. A Constituição de 1988 foi um marco inicial, trazendo o direito ao urbano. Nesse processo, o Estatuto da Cidade, lei 10.257/01, traz diretrizes e fixa parâmetros para a aplicação da política urbana no sentido de diminuir o caos nas áreas urbanas. O autor conclui:

Na luta pela reforma urbana evidenciou-se no plano institucional através do processo de construção de uma nova Ordem Constitucional visando estabelecer um padrão de política pública capaz de promover intervenções que assegurassem o reconhecimento do direito à cidade. As reivindicações dos novos sujeitos coletivos que marcaram a década de 1980, obrigaram o estado brasileiro a reconhecer a urbanização como um direito humano e a assegurá-lo constitucionalmente através da inserção de um capítulo sobre a política urbana no texto constitucional, consagrados nos artigos 182 e 183 e regulamentado pela lei N 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, que traz um conjunto inovador de instrumentos urbanísticos, além de uma nova concepção de planejamento urbano e gestão das cidades. (GORDILHO, 2004, p.5)

Após a década de 1980, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, pelo seu histórico de envolvimento social se esperava uma política de acesso a habitação, mas não ocorreu e seu governo foi marcado por uma forte política neoliberal.

Durante os 8 anos de seu governo, FHC, voluntária ou involuntariamente, liderou um movimento neoliberal em perfeita consonância com as orientações emanadas pelo chamado consenso de Washington (ver BATISTA, 1994).

Rompeu com a herança Vargasista substituindo o modelo de estado forte e de fortalecimento das empresas estatais para um estado baseado no trinômio liberalização, privatização e desregulação. Essa mudança permitiu uma gigantesca transferência de ativos do estado para o mercado abrindo setores estratégicos para o capital internacional: Finanças, telefonia, mineração e energia (MARICATO, 2011, p. 38).

Desta forma, a cidade ilegal habitada pelos pobres continuou a crescer, constituindo-se do aumento da violência, a falta de acesso aos espaços culturais, de lazer, de saúde e de educação de qualidade, e parte da população morando em habitações precárias. Maricato (2011) explica que, no contexto de passagem do país agrário para urbano tinha-se a perspectiva de que seriam muitas as riquezas com o processo de urbanização, no entanto, a cidade se configurou como o lugar da pobreza, violência, degradação e poluição. O crescimento econômico não foi capaz de barrar a criação de tantas desigualdades nos centros urbanos.

Se na década de 40 as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico, na década de 90 sua imagem passa a ser associada à violência, poluição, criança desamparada, tráfego caótico, entre outros inúmeros males. O processo de industrialização / urbanização sob o lema positivista da ordem e do progresso, parecia representar um caminho para a independência de séculos de dominação da produção agrária e de mando coronelista. A evolução dos acontecimentos mostrou que ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza. (MARICATO, 1995, p.29)

Com as eleições de 2002, sendo eleito o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma mudança significativa no modo de governar e passa ser um divisor na participação da população, representando uma ruptura com algumas das velhas práticas na gestão política. Assim, a participação direta da população passa a ser uma das principais características desse novo governo. Rolnik (2009, p. 35) observa que,

Em 2002, ganha as eleições presidenciais brasileiras Lula, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), um imigrante nordestino em São Paulo, ex-morador de favela e líder sindical metalúrgico. O PT, partido de esquerda, cuja base incluía membros da maior central sindical do país, intelectuais e membros da Igreja progressista e movimentos sociais, como sem-terra urbanos e rurais, foi ao longo dos anos 90 aumentando sua participação na cena político-institucional brasileira, assumindo governos locais e ampliando sua participação no Legislativo. Uma das marcas registradas desta trajetória foi à formulação de um “modo petista de governar”, que rompia com formas tradicionais de exercício da política brasileira, introduzindo novas práticas, como a participação direta dos cidadãos na gestão pública.

De acordo Maricato (2011), o governo Lula impulsionou algumas modificações, pois a política do seu governo era sem coerção, o que proporcionou o aumento da participação social de lideranças populares, sindicais, profissionais, religiosas, intelectuais, parlamentares, pesquisadores, ONGs, entre outros.

O esvaziamento imposto pela ditadura à Universidade como um local que elaborava propostas para o país foi, em parte, revertido em alguns partidos de esquerda, em especial o partido dos trabalhadores{.....} Lá, ouvindo especialistas em saneamento, meio ambiente, entre outros, aprendi o quanto a integração entre as diversas áreas, que são mantidas como feudos nas instituições, é transformadora. Todos estávamos ali entusiasmados, como voluntários, como militantes construindo uma proposta integrada com nossos conhecimentos parcelados. A maior parte de nós, comprometida com o projeto socialista elaborado anteriormente a 1964 ou 1969, sabia dos limites da ação no interior do estado capitalista. “Fazíamos o caminho caminhando,” e essa trajetória já se mostrava transformadora do conhecimento convencional, técnico e profissional. Nossos encontros eram prazerosos. (MARICATO, 2011, p.28)

Nesse processo, a criação do Ministério das Cidades foi uma importante conquista dos movimentos em prol da reforma urbana. A criação do Ministério das cidades possibilitou o envolvimento de atores sociais que anteriormente não tinham voz na gestão urbana, aumentando os espaços de participação da população principalmente com a criação do Conselho Nacional das Cidades. Sobre esta questão, Maricato (2011, p. 35) afirma:

Mas o caminho que levou à criação do ministério das cidades teve uma pavimentação consolidada por muitos e sucessivos passos dados por um número cada vez maior de lideranças sociais, profissionais e técnicas de diversas origens. Um significativo número de documentos, projetos de lei, plataformas, programas foi desenvolvido pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, por cada uma das entidades que dele fizeram parte, pelos partidos políticos progressistas, pelas instâncias legislativas, pelas entidades sindicais, profissionais ou acadêmicas, apresentados em fóruns internacionais (com destaque para a Conferência Internacional Habitat II, em 1996), nacionais e locais. O Ministério das Cidades foi fruto de um amplo movimento social progressista e sua criação parecia confirmar, com os avanços, os novos tempos para as cidades no Brasil.

Assim, no interior da criação do Ministério das Cidades, a constituição do Conselho das Cidades representou um componente na criação e entendimento de políticas. De acordo Rolnik (2009, p. 35),

Para os atores ligados ao movimento social pela reforma urbana, a criação do Ministério das Cidades representava a possibilidade de avançar na democratização da gestão urbana, fazendo dela um dos pilares institucionais de sua agenda, ampliando os espaços de democracia participativa, até então experimentados sobretudo no âmbito local. A resposta a esta demanda, no interior do processo de organização do Ministério, se deu através da

constituição de um Conselho Nacional das Cidades como parte integrante de sua estrutura e elemento central na formulação e negociação de políticas, e no qual tanto setores governamentais (dos três níveis de governo) como os segmentos da sociedade civil (setor empresarial, sindicatos, organizações profissionais, ONGs, entidades acadêmicas e de pesquisa e movimentos populares) são representados, eleitos através de assembleias por segmentos, entre delegados presentes em Conferências Nacionais. A primeira Conferência Nacional, realizada em 2003, contou com 2.500 delegados. À exceção dos 250 representantes do Poder Público federal, indicados pelo Executivo, seus delegados poderiam ou terem sido eleitos nas Conferências Estaduais (75%) ou indicados por entidades e organizações de caráter nacional (25%). A Conferência de 2003, que elegeu o Conselho Nacional das Cidades, foi precedida por 1.427 conferências municipais, 185 conferências regionais e 27 estaduais, envolvendo 3.457 municípios.

A participação popular que possibilitou a elaboração do Estatuto da Cidade não se efetivou de fato na aplicação do texto. Pensava-se que a lógica excludente predominante no país pudesse ser alterada através de políticas sociais de intervenções nas áreas urbanas, mas não ocorreu desta forma.

É claro que os espaços de participação social se ampliaram, mas não de forma suficiente para que o padrão clientelista fosse extirpado. Nesse sentido, entende-se que vários são os entraves no processo de participação social das decisões. De acordo Rolnik (2016, p. 8),

(..) a agenda de reforma neoliberal do Estado brasileiro também veio acompanhada de um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como “Terceiro Setor”, que esvaziava de sentido a proposta de cidadania ampliada para alinhá-la com a ideia de Estado mínimo. Desta forma, a simples existência de “processos participativos” sem conexão explícita e claramente configurada no interior dos processos decisórios atende perfeitamente a um modelo que fortalece o centro – e não empodera as bases – nos processos decisórios.

A participação social, defendida pelo Estatuto da Cidade e por vários outros instrumentos, não conteve a elaboração de planos diretores inúteis e técnicos, uma vez que o processo de debates audiências e consultas públicas dos Planos exclui a maioria dos trabalhadores de participarem de sua construção, seja pelos horários ou dias de realização da constituição ou locais escolhidos. Assim, o número de trabalhadores que estão no processo de elaboração, em muitos casos, é reduzido. Tal fator acarreta leituras equivocadas dos espaços da cidade, em sua maioria elitistas e tecnicistas, a qual deveria ser uma construção coletiva.

Também é nesses espaços que a luta de classe é escancarada, quando decisões importantes são tomadas dentro do processo de elaboração mediadas por vários interesses que, na maioria dos casos, não convergem entre si para o coletivo. Dessa forma, a expectativa de que se cumpra a função social da terra e os espaços sejam menos desiguais com a construção a

prática efetiva dos Planos Diretores se reduziu, devido ao fato de não solucionar os problemas urbanos. Ou seja, colocar instrumentos, legislações e planos como única forma de resolução para todos os problemas sociais tem se mostrado ineficiente, principalmente quando políticas econômicas excluem boa parte da população de ter acesso ao emprego, saúde, educação, segurança, habitação, entre outras coisas. Todas as melhorias em ordenamentos jurídicos não foram capazes de amortizar expressivamente as desigualdades socioespaciais.

A cidade tem se materializado de forma desigual e somente os mecanismos de regulação do espaço urbano não são suficientes para as questões da cidade, embora, todo o arcabouço construído anterior a Constituição de 1988, e que começa a se regulamentar com a constituição, de fato alcançou muitos êxitos, se concretizando principalmente com o Estatuto da Cidade que é um avanço social e jurídico.

Desta forma, surge a reflexão: o Estatuto da Cidade se aplica, de fato? Os Planos Diretores conseguiram promover um debate público? Existe o acesso da população a documentos e informações? O Estatuto garantiu o bem-estar da população ou apenas estabeleceu regras?

Com a aplicabilidade do Estatuto da Cidade, o poder público poderia minorar as desigualdades socioespacial, formulando uma política urbana e rural, com a participação de todos, para garantir qualidade de vida e justiça social, haja vista que o Plano Diretor deve possibilitar melhorias no planejamento da cidade. Entretanto, em muitos casos, tem legitimado a negação de direitos.

Em Vitória da Conquista, na Bahia, os Planos elaborados seguem com as mesmas contradições do que foi exposto anteriormente. O primeiro foi elaborado em 1976, anterior ao Estatuto da Cidade. O segundo, em 2006, apresenta as atualizações do Estatuto e registra a concentração de uma determinada classe em espaços da cidade que recebem as ações públicas em detrimento de outra que tem acesso a quase nada.

No ano de 2018 começaram as discussões do novo Plano Diretor. Nesse contexto, há pouca participação popular nos debates e nas audiências, pois a classe trabalhadora está trabalhando, construindo a cidade para aqueles que decidem a cidade. Alheios ao processo de elaboração do Plano Diretor, o capital delibera os espaços que receberão investimentos e, assim, a cidade não vai sendo pensada para todos.

Com todos os avanços que o Ministério das Cidades trouxe, sabe-se que a história do Estatuto das Cidades tem sido um campo de disputas tanto pelas dimensões políticas, quanto sociais. É preciso destacar que, no ano de 2019, o Ministério, fruto de muitas reivindicações em prol do urbano, foi extinto, significando um grande retrocesso nas questões referentes a cidade.

Certamente que o movimento por reforma urbana, que deu origem ao Estatuto da Cidade, obteve significativos avanços sociais, principalmente quanto a função social da terra, mas a política neoliberal e o capital globalizado têm atuado nos rumos da política urbana.

Desta forma, apesar da criação de zonas especiais de interesse social nas cidades, a luta das ocupações, para não serem demolidas ou expulsas, faz parte do cotidiano de muitas famílias, visto que, para se garantir a posse, a escritura em cartório ainda é o único documento aceito e, assim, a regularização fundiária, que deve ser um direito dos moradores, é tratada como algo apenas de fundamentação formal.

No segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 2006 – 2010, houve algumas alterações e iniciou-se uma política econômica desenvolvimentista atrelada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, foram criados vários programas sociais, como o ProUni, Bolsa Família, entre outros. Desta forma, um dos maiores resultados relacionados aos programas sociais foi a questão da extrema pobreza, embora as diferenças entre as regiões apresentavam índices elevados.

Esses fatos indicam algumas diferenças entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Ainda que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresente avanços, principalmente relacionados à área social, ele não deu a devida atenção ao problema da terra no Brasil, tanto na cidade quanto no campo. Maricato (2011, p. 52) observa:

O MCidades foi um dos que foram sacrificados em nome da ampliação do apoio ao governo no Congresso Nacional. Não permaneceu, portanto, com as forças progressistas, em que pese a manutenção de uma parte da equipe original que permaneceu no ministério ou na vice-presidência de governo da caixa. A Casa Civil concentrou o desenho da grande política (Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)), diminuindo o poder do MCidades. Perdeu-se a possibilidade da mudança que deveria instituir um novo paradigma sobre o universo urbano na sociedade brasileira. Perdeu-se a possibilidade de uma proposta original (sinônimo de peculiar, singular, diferente, incomum, extraordinária), que dialogasse com a experiência vivida pela grande maioria dos moradores das cidades.

Nesse cenário, com todos os entraves na efetivação de leis e instrumentos relacionados à questão urbana, é preciso destacar a importância dos marcos regulatórios, como o Estatuto das Cidades, incorporado ao Ministério das Cidades e Conselho Nacional das Cidades. Isso representou um grande marco institucional, tendo várias diretrizes para a questão urbana e estabelecendo algumas pautas para nortear o planejamento e a gestão do território. Gordilho (2004, p. 5) destaca que

O Estatuto das Cidades estabelece diretrizes gerais que materializam os novos parâmetros que devem guiar a política urbana a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Uma síntese das diretrizes pode ser consubstanciada nos seguintes eixos: garantia do direito a cidades sustentáveis, planejamento e gestão democrática, cooperação entre a iniciativa pública e a privada, justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e regularização fundiária. Embora essas diretrizes devam ser compreendidas e aplicadas de forma conjunta e complementar.

Assim, o Estatuto das Cidades possibilita ações do poder público por meio da política urbana, principalmente como mediador de conflitos produzido pelas relações de interesse que se estabelece na produção do espaço. Contudo, nas relações de poder estabelecidas, torna-se necessário observar as redes e as vinculações entre empresários e o poder público na produção da cidade legal, direcionando ações e controle sobre processos de interesse comercial e de poder na gestão urbana. De acordo Rolnik (2009, p. 8),

Setores empresariais envolvidos na produção da cidade formal estabelecem conexões privilegiadas com segmentos burocráticos de agências públicas que detêm o controle sobre o encaminhamento dos processos decisórios na implementação de projetos e programas, assim como de controle urbanístico, garantindo a destinação de áreas da cidade para seus mercados e protegendo a rentabilidade de seus investimentos. Na área de desenvolvimento urbano, estes processos decisórios se dão no interior da burocracia de gestão do território, altamente permeada por redes de influência que articulam de setores empresariais a mandatos parlamentares e partidos políticos, já que empreiteiras de obras públicas, concessionários de serviços e incorporadoras e construtoras são os maiores financiadores de campanhas eleitorais locais.

Esse debate permite entender que apesar de todo o arcabouço de leis e instrumentos tentando garantir direitos básicos à população, como a habitação, as relações são permeadas de conflitos entre setores privados, direitos fundamentais e população pobre, ou seja, somente os instrumentos garantidos por lei não são o bastante para sanar as desigualdades no espaço. Maricato (1995, p. 38) observa que

A generalização da cidadania e do direito acarreta transformações no mercado privado, na propriedade da terra e na relação entre os capitais que participam da produção do espaço. Por isso a superação da exclusão social no espaço exige profundas transformações na sociedade, não bastando, embora seja importante, garantir no texto da lei os direitos fundamentais dos quais estão privados a maioria da população brasileira.

O principal questionamento é justamente a garantia de direitos para a maioria da população que tem sido excluída do direito de ter uma habitação adequada. Todo o arcabouço legal é uma ferramenta que pode ser usada no sentido de tentar reverter essa lógica da cidade

mercadoria que tem produzido espaços muito desiguais. Estabelecem-se várias feições nas cidades, ou seja, a cidade é dividida em duas: uma recebe vários investimentos públicos e privados, a outra é excluída até mesmo de políticas direcionadas aos mais pobres. Nesse sentido, Maricato (2011, p. 37) ressalta:

Os investimentos na periferia, não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para a cidadania ou para o mercado. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sociais, de complexa visibilidade, frequentemente não conta nem mesmo para os próprios excluídos, cujas referências são a centralidade e a modernidade dominantes.

As políticas habitacionais são um importante marco no que diz respeito à habitação popular. O Estatuto da Cidade, por exemplo, foi e é um importante marco para a questão habitacional no país por ter definido a moradia como um dos princípios sociais fundamentais. Ademais, cabe registrar que é preciso rever os planejamentos, sua aplicabilidade, suas deficiências e a sua falta de efetivação em alguns momentos.

Os excluídos do direito de habitar a cidade formal que não apresentam precariedade convivem diariamente com problemas advindos da localização de sua moradia. Tendo em vista que a pobreza caminha lado a lado com a degradação ambiental, grande parte da população dos centros urbanos não tem habitação para sobreviver na cidade e precisam habitar algum lugar. Nesse processo, as áreas de proteção ambiental são tomadas por esses sujeitos que não possuem condições financeiras para obter uma habitação legal. Sobre essa questão,

Qualquer análise superficial das cidades brasileiras revela uma relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental. Isto não quer dizer que a produção imobiliária privada ou que o Estado através da produção do ambiente construído, não causem danos ao meio ambiente. São abundantes os exemplos de aterramento de mangues em todo litoral do país para a construção de condomínios de lazer. Ou poderíamos citar as indefectíveis avenidas de fundo de vale com canalizações de córregos tão ao gosto dos prefeitos municipais e de uma certa engenharia "jurássica" (para ficarmos em apenas dois exemplos relativos à ocupação urbana do solo). O que interessa chamar atenção aqui é que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental estão ameaçadas pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas. As consequências de tal processo atingem toda a cidade, mas especialmente as camadas populares (MARICATO, 1995, p.35).

Com a maior parte da população vivendo nas áreas urbanas os problemas nas cidades se aglomeram. Nesse cenário, se observa que existe uma estreita relação entre as desigualdades espaciais e a violência. A falta ou a presença de uma política urbana tem rebatimentos no espaço, gerando inúmeras desigualdades que resultam no aumento da violência. Maricato (1995, p. 40) assegura:

A ausência da política urbana, ou a prática vigente de gerir as políticas de habitação, saneamento e transportes urbanos como setoriais é grave porque denota uma incompreensão sobre a importância da gestão do uso e da ocupação do solo. Além da profunda injustiça social, agressão ambiental e deseconomias resultantes de um processo que, em grande parte "corre solto", ilegalmente, sem a presença do chamado controle urbanístico, queremos chamar atenção sobre uma outra consequência: a violência urbana, assunto que preocupa atualmente toda a sociedade, pobres e ricos. Queremos demonstrar que há uma relação entre forma urbana e violência, ou que a segregação ambiental não é um simples reflexo ou suporte de uma sociedade que produz e reproduz a violência, mas é parte importante de um processo que tem no funcionamento do mercado imobiliário segregador, um expediente central de exclusão.

As formas de consumo do espaço interferem diretamente nas transformações que afetam as cidades, novas formas de produção espacial são inseridas no processo de construção levando-nos a pensar como as relações do homem com o meio definem formas de apropriação do espaço. As dinâmicas da urbanização nas cidades refletem na valorização fundiária que propicia exclusão dos pobres, principalmente do direito de morar.

Por fim, mesmo com a criação de políticas e instrumentos para sanar a questão habitacional, o problema permanece. A falta de uma concretização dessas políticas e instrumentos tem sido um dos entraves no acesso a uma habitação digna por parte da população pobre. O acesso à habitação é direcionado aos que possuem poder de compra, as relações de urbanização que se estabelecem no espaço estão em torno do privilégio para a classe dominante, desencadeando a exclusão da população mais pobre, o que coloca a moradia como um item inalcançável pela população miserável.

No atual governo, liderado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, a política habitacional que vinha de um histórico de crescimento, com cerca de 4,3 milhões de unidades habitacionais construídas, se deparou com uma redução drástica de produção direcionadas para a faixa 1 paralisadas.

É claro que, anterior ao governo atual, todo o investimento e ações voltadas para os problemas urbanos, inclusive a habitação social, teve várias limitações, ou seja, os problemas relacionados a falta de ações concretas direcionadas a habitação social no Brasil é anterior ao golpe, mas, em menor proporção ao que se configura no atual momento, se comparado ao período em que o presidente do Brasil era o Luís Inácio Lula da Silva.

Diante do exposto, compreende-se que o poder público não é um elemento passivo na produção capitalista do espaço; sem a sua participação o capital não se desenvolve por completo. Ambos possuem uma relação estreita. Assim, Harvey (2005, p.92) afirma que “É bem possível que o estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento

do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do estado é um mito que merece ser corrigido.”

Ou seja, o poder público atua junto ao capital na transformação da cidade em mercadoria e, dessa forma, as hierarquias vão se estabelecendo no espaço urbano, espaços desiguais que se consolidam dando a feição segregada à cidade. O desenvolvimento do capital se espacializa em consonância com a produção e reprodução das relações sociais.

3 A QUESTÃO HABITACIONAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

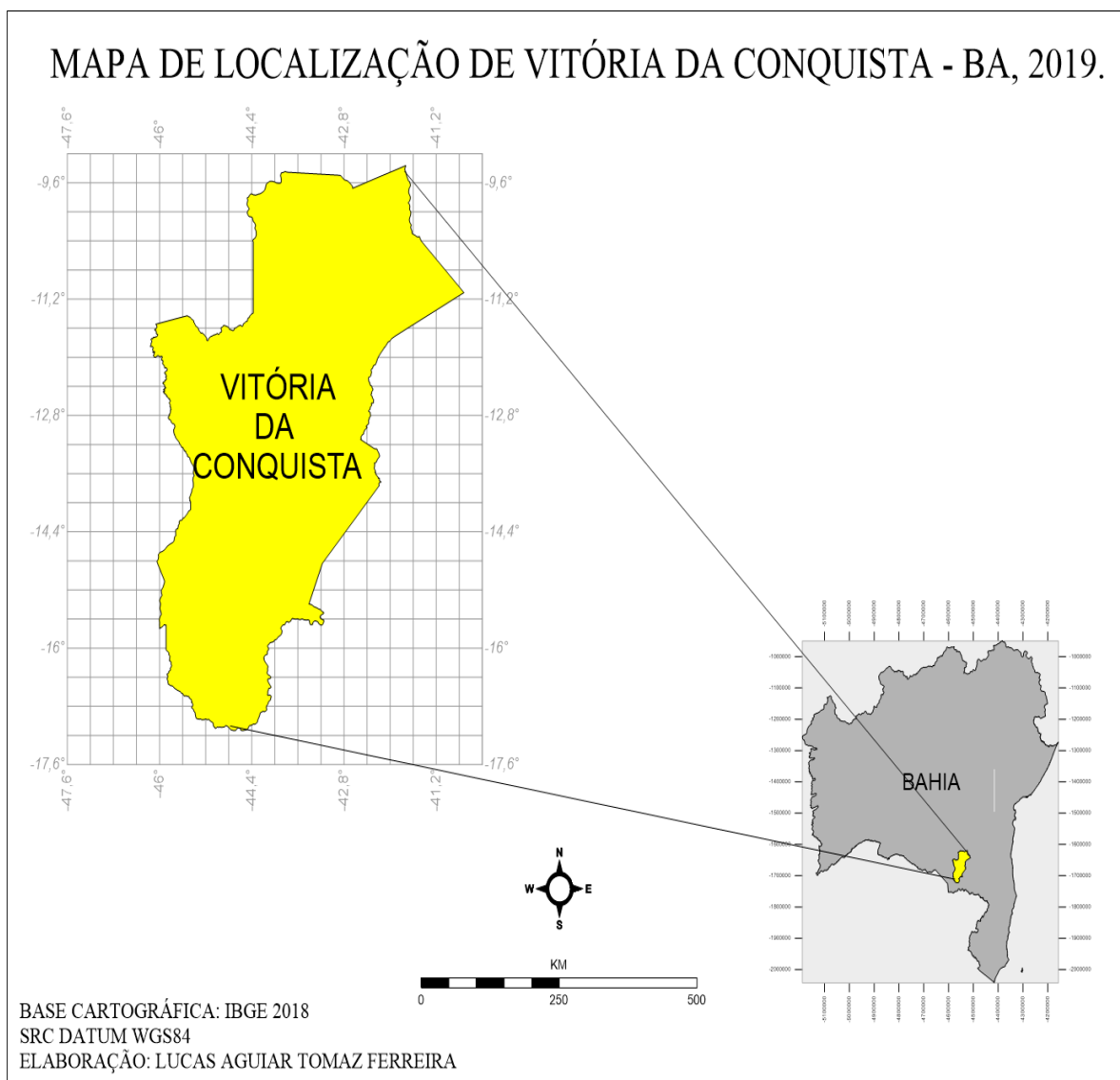
O crescimento das cidades nas últimas décadas tem vindo acompanhado de muitos contrastes. O Brasil, que era um país rural, se tornou urbano, e hoje a população está concentrada nessas áreas. Esse processo teve seu início após a década de 1950, com o desenvolvimento da industrialização e mecanização no campo. Maricato (2011, p. 183) ressalta que “Na década atual, a população mundial passou de majoritariamente rural para preponderantemente urbana. Os países pobres, onde a maior parte da população está no campo, são os maiores contribuintes da marcha para as cidades.”

Nesse interim, o êxodo rural começa a se intensificar e a expulsão do homem do campo para as cidades vai desenhando um novo cenário no Brasil, se consolidando um país urbano. Esse processo de urbanização vai ser mais perceptível depois de 1960, assim como os problemas atrelados ao processo de urbanização, conforme registra a autora:

No início do século XXI, quando 82% da população do país são urbanos, a imagem das cidades, especialmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada etc. etc. Em apenas nove metrópoles moram 50 milhões de pessoas, mais do que a população da maior parte dos países da Europa ou da América Latina. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização e apenas para alguns; a cidadania e os direitos, idem. (MARICATO, 2003, p.1)

Esse processo ocorre nas mais diversas cidades, diferindo apenas em algumas peculiaridades. Na cidade de Vitória da Conquista, localizada na Bahia, região Nordeste, não é diferente. Nas últimas décadas tem vivenciando um crescimento acelerado da população urbana. Na Figura 3 é possível observar a localização da referida cidade.

Figura 3 – Mapa de Localização de Vitória da Conquista/BA, 2019.



Dentro do processo de crescimento nas áreas urbanas, os movimentos em prol de moradia eclodem na cidade de Vitória da Conquista, entre as décadas 1980 e 1990, devido ao não acesso a habitação, direcionando a população com pouca ou sem renda, a se organizar e ocupar determinados locais na cidade para sobreviver. De acordo Almeida (2005, p. 19),

Excluídos dos programas, a resposta popular se configurará, no plano municipal, por um lado, na realização de ocupações urbanas, a partir de meados da década de 1980 e, por outro, no confronto com o executivo municipal exigindo uma política de habitação que garantisse o acesso dessa população à moradia.

Na cidade, a habitação popular estava atrelada ao Banco Nacional de Habitação BNH, mas a população mais pobre não possuía rendimentos suficientes para acessar a habitação, visto que a cidade experimentava um considerável crescimento, com destaque para o setor de serviços. A população precisava habitar algum lugar, mas o aumento do preço da terra era e é

veloz, igualmente ao crescimento da área urbana do município. Com isso, os pobres são levados a habitar os lugares ainda de pouco valor imobiliário.

Conforme o exposto, os despossuídos de renda suficiente para ter acesso a um mercado de casas, ou terrenos em locais bem servidos de infraestrutura e qualidade em serviços de saúde, educação, áreas de lazer, teatros, cinemas entre outros, são direcionados a espaços pouco valorizados, devido à localização e falta de infraestrutura tanto nesses espaços quanto em seu entorno. Desta forma, Rodrigues (1997, p. 29) pontua que “Uma das formas da classe trabalhadora resolver seu problema de morar é, como já foi visto, comprando um lote em áreas da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos. Como os salários são baixos, só nestes lugares é possível comprar um lote.”

É nesse sentido que na cidade de Vitória da Conquista observa-se que o movimento dos sem teto, juntamente com algumas pessoas pobres que não faziam parte do movimento e que também não possuíam habitação, começou a ocupar alguns terrenos na cidade, locais com pouco valor imobiliário, em sua maioria nas franjas da cidade. Almeida (2005, p. 20) elenca os assentamentos frutos do movimento:

Dos assentamentos oriundos de antigas ocupações (Alto da Conquista - 1991, Renato Magalhães - 1992, Parque da Colina - 1996, Ubaldino Gusmão -1996, Conjunto da Vitória - 1991 e Santa Helena – 1989/93) e das ocupações (Alto da Boa Vista - 1988, Alto da Conquista – 1997, Pedrinha - Nova Esperança - 2001, Nossa Senhora de Lourdes - 1999, Santa Cruz - 1988, Encosta do Conveima I - 1991, Encosta do Conveima II – Copacabana II - 1994, Santa Terezinha - 1984, Rua Paulo Rocha - 1992, Rua José Machado Costa - 1992, CGC – canteiro central - 1999, Kadija – ao lado do cemitério - 1989, Ipanema - 1980, Lagoa do Jurema -1995, Rua Anelita Nunes - Tanque Seco -1996 e Vila União - 1987).

Na Figura 4 é possível observar um desses assentamentos com uma parte da rua Anelita Nunes, ocupada em 1996, localizada no bairro Espírito Santo, próximo ao conjunto habitacional Urbis 6.

Figura 4 - Assentamento Anelita Nunes, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

O espaço urbano, em sua dinâmica, tem sido ocupado de diversas formas, inclusive pela produção informal em cidades grandes, médias e pequenas. Essa produção informal acarreta diversos problemas de bem-estar social. Gordilho (2004, p.1) afirma que

Os padrões de ocupação do espaço urbano contemporâneo nas grandes cidades brasileiras estão marcados por uma ampla produção informal da habitação, ou seja, aquela ocorrida à revelia dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelas leis e normas para edificação e uso do solo, contidas nas legislações urbanas definidas nas primeiras décadas do século XX, quase sempre também à margem da legalidade fundiária. Atingindo cerca de metade da população das grandes metrópoles, essas áreas configuram-se em ambientes construídos deficientes e complexos, condições que demandam intervenções urbanísticas peculiares, sobretudo no que se refere aos direitos sociais de moradia

adequada, incluindo o bem estar coletivo e a segurança da posse da terra e da habitação.

Torna-se necessário questionar a apropriação e o desenho do espaço da forma que é feita, as contradições que se espalham pela produção do espaço com ocupações sem planejamento, perpetuando as diferenças de classe.

Com as ocupações ocorrendo de forma veloz na cidade o poder público é pressionado a tomar medidas que apazigue os conflitos. Assim, Almeida (2005, p.19) registra:

Como resultado da pressão popular, em 1991, é promulgada a lei municipal nº. 570/91 que institucionaliza a política de habitação popular, com a criação do Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Coordenação de Habitação Popular, com o objetivo de construir habitações destinadas, prioritariamente, às famílias em situação de desemprego e subemprego, que viviam em precárias condições sócio-econômicas e em moradias inadequadas, como as localizadas em áreas de risco, sujeitas a alagamento, de preservação ambiental ou, ainda, em espaços alugados ou cedidos de forma provisória.

Sem uma regularização definitiva a população vivia uma constante insegurança. Essa insegurança é notável na pesquisa de campo realizada no ano de 2013, pela pesquisadora (Uriana Fernandes), por meio da monografia intitulada “Novas e velhas espacialidades na habitação das cidades médias Brasileiras: Assentamentos precários na cidade de Vitória da Conquista – Bahia: Renato Magalhães”.

Na pesquisa, a autora revela que os moradores dos assentamentos Renato Magalhães e Machado Costa, ao serem questionados sobre a escritura das casas, demonstravam medo em falar no assunto e o cenário era de total insegurança desses moradores quanto à posse, o que os levava sempre a se esquivar quando perguntados. No ano de 2019, na pesquisa de campo realizada para a presente investigação, o medo quanto a posse da habitação é menor, justificada pela regularização fundiária ocorrida em ambos os assentamentos. Ainda assim, a população reivindica melhorias de infraestrutura para a localidade. Observando o assentamento Machado Costa, na Figura 5, é possível perceber alguns elementos de precariedade.

Figura 5 – Assentamento Machado Costa, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

De acordo Almeida (2005), os assentamentos são reconhecidos de duas formas: os que foram dados o direito de ocupar, resultado das ocupações, e os oriundos do Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP).

Os assentamentos advindos das ocupações são: Alto da Conquista – 1991, Renato Magalhães - 1992, Parque da Colina - 1996, Ubaldino Gusmão -1996, Conjunto da Vitória - 1991 e Santa Helena – 1989/93 e de ocupações Alto da Boa Vista - 1988, Alto da Conquista – 1997, Pedrinha - Nova Esperança - 2001, Nossa Senhora de Lourdes - 1999, Santa Cruz - 1988,

Encosta do Conveima I - 1991, Encosta do Conveima II – Copacabana II - 1994, Santa Terezinha - 1984, Rua Paulo Rocha - 1992, Rua José Machado Costa - 1992, CGC – canteiro central - 1999, Kadija– ao lado do cemitério - 1989, Ipanema - 1980, Lagoa do Jurema -1995, Rua Anelita Nunes - Tanque Seco -1996 e Vila União – 1987.

Aqueles provenientes do programa PMHP são: Henriqueta Prates - 1988, Recanto das Águas - 1998, Cidade Modelo - 1995, Nova Cidade - 3 etapas - 1991, Nova CAP - 1991, Vila América - 1999 e Alto do Bruno Bacelar – 1992.

Nas ocupações, essa parcela da população encontrou um meio de viver na cidade, pois, conforme afirma Rodrigues (1997), só os que possuem renda podem adquirir uma moradia e aqueles que não possuem são levados a outras formas de aquisição. Assim, o desenho da cidade de Vitória de Conquista foi se transformando e a cidade se divide, hoje, em duas: aquela que habita os que possuem recursos financeiros e a outra produzida pela necessidade de habitar daqueles que não acessam as benesses da cidade. Nesse sentido,

Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”. Nestes arremedos de cidades, há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não têm um teto fixo ou fixado no solo. Nestes arremedos de cidade, de sujeira, o que torna cada dia mais difícil de ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria (RODRIGUES, 1997, p.12).

Tais apontamentos contribuem para refletir sobre as dinâmicas do espaço com suas disparidades, pois é necessário que aqueles que são excluídos da cidade formal possam ter acesso a uma habitação e entorno de qualidade. Para os pobres subsistirem na cidade a luta é diária e Carvalho (2016, p. 48) afirma:

Partindo do princípio de que a cidade pertence a todos os seus habitantes, a primeira dimensão do Direito à Cidade se refere à possibilidade de permanência nos seus espaços, ou seja, a possibilidade de garantir para si uma “parcela de cidade”. Essa dimensão avalizadora não está dissociada da cidadania. Vale destacar que o sujeito, antes de se voltar para a vida política de sua cidade, precisa ter acesso às bases de sua sobrevivência: uma casa, um emprego, condições adequadas de saúde e educação, etc.

A falta de acesso ao mercado formal empurra grande parte da população para o mercado ilegal. Nesse processo, a regularização fundiária deve ser pensada não somente como título da propriedade para esses sujeitos, mas pensar a estrutura da habitação, a renda para

mantê-la e condições de seu entorno, de modo que a comunidade tenha acesso à cidade formal. Assim,

Aprofunda-se também, cada vez mais, a diferença entre os que recorreram ao mercado imobiliário legal e aqueles que a ele não tiveram acesso, criando-se um amplo mercado da informalidade, onde o acesso à terra e a habitação, passam por circuitos diferenciados de posse, com limitações para financiamentos e direito às benfeitorias públicas, dentre outras, o que traz à ordem do dia o debate sobre a regularização fundiária e urbanística dessas áreas de ocupação informal. (GORDILHO, 2004, p.3)

Os assentamentos se constituem como uma forma da população pobre habitar, mesmo em condições de extrema precariedade. Os assentamentos da cidade de Vitória da Conquista, em sua maioria, apresentam elementos básicos de infraestrutura e equipamentos sociais deficientes. Geralmente os serviços de infraestrutura estão presentes nos bairros elitizados e faz com que a cidade se materialize com muitos contrastes.

Nesse contexto, os instrumentos urbanísticos podem ser de grande valia, regulando o uso e a ocupação do solo na busca por minorar as disparidades no espaço urbano. Logo, o planejamento urbano precisa ser uma ferramenta na distribuição de infraestrutura e aparatos sociais, a fim de permitir que toda a população tenha o direito à cidade.

Os direitos à educação, saúde, segurança pública, acesso à justiça, dentre outros, são também peças-chave para a vida na cidade. Não basta que eles sejam prestados de forma qualificada, os serviços públicos precisam ser distribuídos de forma equitativa e eficiente pelo território urbano, para que seus efeitos sejam sentidos pela totalidade da população. Infelizmente, este pressuposto não costuma ser uma realidade nas cidades brasileiras, que concentram postos de saúde, escolas, universidades, delegacias, equipamentos de saneamento básico, sistema de coleta de lixo e tantos outros serviços em bairros mais abastados, algo que impede que os direitos mencionados atinjam as localidades mais pobres. A distância é uma inimiga em potencial do Direito à Cidade, e por isso deve ser vencida por um planejamento espacial distributivo (CARVALHO, 2016, p.49).

Com a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, o planejamento estatal para o setor habitacional foi retomado e a Política Nacional de Habitação (PNH) foi instituída, com o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), (FNHIS).

A adesão ao SNHIS, segundo a Lei Federal nº 11.124/05, tornou-se condição indispensável para que os estados e municípios obtivessem recursos do FNHIS. Para aderirem ao SNHIS, estados, municípios e o Distrito Federal devem elaborar um Plano de Habitação de Interesse Social para sua esfera de gestão. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais.

A regularização dos lotes nos assentamentos da cidade começa a ocorrer no ano de 2015 e continua em andamento, se constituindo como um importante passo para os moradores, visto que a insegurança da posse era um dos elementos de maior reivindicação. Todavia, o início da regularização foi postergado e interrompido em vários momentos. O processo de regularização atual decorre do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) da cidade, homologado no ano 2013, apontando cerca de 10.000 lotes irregulares.

Verifica-se que, mesmo com a presença de políticas habitacionais, o problema da habitação se perpetua. Em alguns momentos apresenta resultados positivos, mas ainda é preciso que ocorra uma mudança na sua gestão e aplicação para que as famílias possam ter acesso. Desta forma, Maricato (2003, p. 4) adverte:

A essência das ocupações ilegais e da produção dessa cidade informal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado legal privado (em outras palavras, é preciso baratear o produto), prevendo a participação de agentes lucrativos e não lucrativos e a promoção pública subsidiada para as famílias cujas rendas estejam abaixo dos cinco salários mínimos.

Observa-se que o crescimento das ocupações em Vitória da Conquista, nas décadas de 1980 e 1990, foi acompanhado pela falta de soluções e, até mesmo, de iniciativas para resolver a questão da habitação e, mesmo com todos os instrumentos urbanísticos e atitudes político administrativas que vinham em um ritmo crescente até o ano de 2016, a cidade sofre com a falta de moradias e a perpetuação da precariedade nas ocupações, causando enormes diferenciações no espaço e fortes rebatimentos no cotidiano da população pobre. Assim,

A descentralização administrativa instituída com a constituição de 1988, representa um marco na forma de atuação do Estado e, conseqüentemente, na política de habitação popular. Em seu Artigo 23º define que “é de competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios [...] promover programas de construção de moradias e a melhorias das condições habitacionais”, ampliando os poderes do poder municipal para garantir a função social do solo urbano e diminuir as desigualdades de acesso à moradia. Além disso, quanto a política de desenvolvimento urbano a ser executada pelo poder público municipal, objetivando “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, estabelece em seus Artigos 182º e 183º a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, como instrumento orientador da política de desenvolvimento e de expansão urbana e o direito ao título de domínio e a concessão de uso. (ALMEIDA, 2005, p.52)

A efetivação de políticas habitacionais está atrelada a uma rede de ações do poder público em várias esferas, não somente do município. Em vitória da Conquista, a questão

habitacional do ano 1990 até o ano de 2000 estava somente vinculada ao Programa do Município, trazendo muitas dificuldades para sua execução.

Esta realidade mostra que, com exceção do PMHP criado em 1991, é somente a partir de 2000 que o município consegue programar ações mais concretas na habitação popular com as parcerias externas. Este fato, em certa medida, como já foi dito, pode ser justificado pela inexistência de uma política estadual e nacional voltada para a habitação popular, ao longo da década de 1990, bem como pela incapacidade dos municípios de sozinhos resolverem o problema da moradia. (ALMEIDA, 2005, p.76)

É notável que, junto à regularização que vem ocorrendo das habitações, alguns desses assentamentos também vêm recebendo a rede de esgoto, visto que a maioria não apresentava e fazia o uso de fossas. Na maior parte dos assentamentos da cidade alguns aspectos de precariedade são visíveis mesmo após vinte oito anos da política municipal de habitação ser instituída na cidade.

Em mais de 50% dos assentamentos a construção das habitações foi realizada de forma improvisada. Geralmente, no planejamento de curto prazo, são erguidos por conta própria, apenas para atender a necessidades imediatas, o que se reflete em construções precárias. A Figura 6 registra um pouco dessa situação.

Figura 6 - Assentamento Renato Magalhães Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

A inexistência de uma rede de esgoto era perceptível nas ruas de alguns assentamentos, pois os córregos de águas utilizadas na cozinha e banho eram características constantes nas ruas.

Outra questão se refere ao transporte coletivo, uma reivindicação na maioria dos assentamentos. No Paulo Rocha a população relatou, durante a pesquisa de campo, diversas dificuldades com a mobilidade, pois o corredor de transporte coletivo é no conjunto habitacional da URBIS 6 que, apesar de ser vizinho, requer um deslocamento a pé até chegar em uma parada de ônibus. Além disso, os moradores precisam enfrentar um intervalo grande nos horários do transporte, o que faz com que o tempo gasto com deslocamento seja amplo. Foi destacado também sobre o preço das passagens que, para a população mais pobre, é muito alto e se configura como algo pouco acessível.

É preciso salientar que o direito a uma habitação adequada é fundamental para a vida e, dessa forma, não é somente a estrutura em si que faz parte desse contexto. Os sujeitos devem ter acesso a cidade e ao desenvolvimento tecnológico e social alcançado, incluindo os espaços de lazer, de cultura, os serviços públicos e infraestrutura.

Não se pode imaginar viver na cidade sem uma casa para habitar. Por isso o direito à moradia é um dos direitos fundamentais elencados nas Constituições da maioria dos países. Reconhece-se que o direito à moradia faz parte de um mínimo existencial necessário à dignificação da existência humana, pois o lar é o local onde os vínculos sociais mais importantes costumam ser formados, além de servir de verdadeira oficina para que as famílias construam os cidadãos do futuro. Até poucas décadas atrás, a ideia de moradia não passava de mera busca por um teto, um abrigo. Hoje, a sua concepção se amplia e passa a englobar possibilidades de inserir a moradia em locais dotados de serviços públicos dignos e de uma vida urbana mais segura (CARVALHO, 2016, p.48).

Nos assentamentos, a existência de áreas de lazer é quase inexistente e em muitos casos existe o espaço demarcado para uma praça, por exemplo, mas não foram realizadas as obras. Nos assentamentos Paulo Rocha, Machado Costa e Anelita Nunes, uma parte recebeu pavimentação e outra parte não e também não existem sequer os espaços demarcados para a criação de praças, totalizando três assentamentos com essa lacuna. Observe um dos assentamentos na Figura 7.

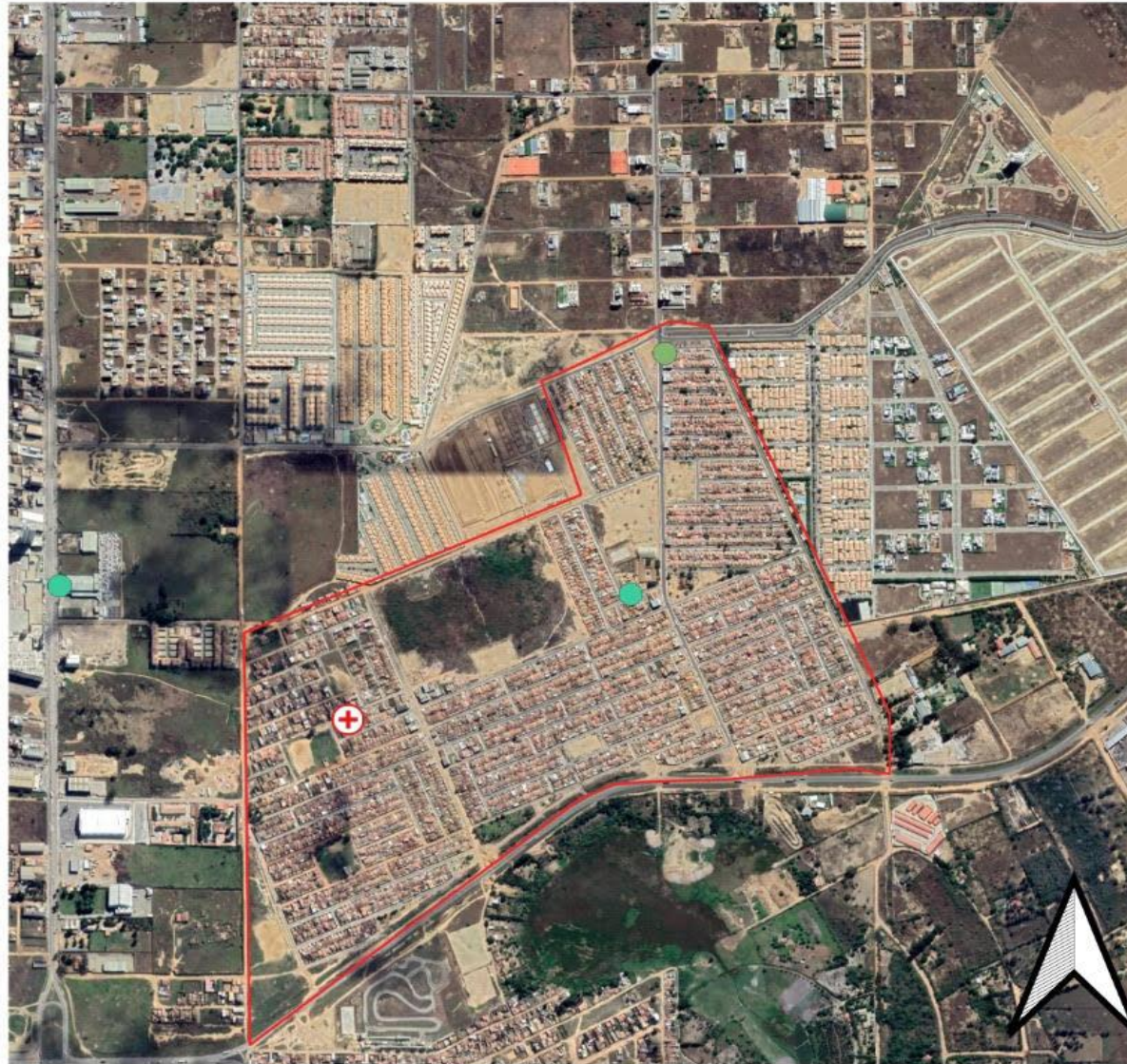
Figura 7 – Assentamento Paulo Rocha, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

A cidade apresenta duas realidades distintas, uma que é o lugar dos excluídos, perpetuando uma forma de desigualdade que prevalece na sociedade brasileira e os espaços ricos com áreas de lazer, se contrastando. Desta forma, é possível compreender as desigualdades fincadas nas formas de ocupação, devido às diversas formas de soluções para habitar que a população passa a produzir. Na Figura 8, a seguir, é possível observar o assentamento Vila América.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - LOTEAMENTO VILA AMÉRICA, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA, 2019



Equipamentos Urbanos

- Escola
- ⊕ Posto de Saúde
- Ponto final de transporte público
- Vila América

0 250 500 m



Fonte: Imagem satélite CNES/
ASTRIUM 2019; CNES/
SPOTIMAGE, 2019.

Datum: SIRGAS 2000.

Projeto pesquisa crescimento
urbano - habitacional/ UESB.

Elaborado por: Santos, Saulo
Oliveira dos

O assentamento Vila América é oriundo do Programa Municipal de Habitação, criado em 1999, composto por doação de lotes e casas e formado por uma população vinda de várias áreas irregulares da cidade. Ele foi direcionado principalmente para famílias de até três salários mínimos com prioridade para aquelas de menor rendimento, oriundas de áreas de risco e chefiadas por mulheres.

Atualmente, nota-se que o perfil dos moradores do assentamento Vila América começa a mudar, muito atrelado à valorização em curso, por vários fatores, dentre eles, a instalação de alguns equipamentos e, principalmente, pelo fato de ter em partes de seu entorno a presença de residências de famílias de média a alta renda, com condomínios de alto padrão.

De acordo com o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, tendo como base o ano de 2017, é de dois salários mínimos em Vitória da Conquista/BA. Esse dado é muito importante na análise da habitação, pois, para acessar algumas políticas habitacionais, um dos entraves é a renda familiar. Quando uma parte da população consegue ter acesso a alguma política habitacional as localizações, em sua maioria, são de espaços sem infraestrutura, sem espaços de lazer, sem espaços culturais, transporte público deficiente, dificultando a mobilidade da população na cidade e gerando um conflito entre as reais necessidades da população pobre e as formas de habitação popular que vêm sendo implantadas. Veiga (2016, p.2) infere que

A provisão habitacional realizada no ambiente construído, conjuntamente com as necessidades habitacionais da população foram se diversificando. Nesse ínterim, existem conflitos entre a forma de produção da unidade habitacional e as necessidades de condições melhores de moradia, que nem sempre se resumem a uma casa pequena e isolada; Ou a uma casa construída em um loteamento clandestino sem infraestrutura; ou mesmo a loteamentos regulares em que a casa pode ser edificada sem a formalidade edilícia prevista em lei; ou a aquisição de uma unidade em condomínio fechado com infraestrutura, em que a família a quem se destinou a unidade, não consegue arcar com o condomínio e demais taxas da habitação formal; entre tantos outros conflitos existentes nos processos de construções, manutenção e distribuição do estoque de habitações produzidas no ambiente construído, definido como provisão habitacional.

Quando se refere à questão de acesso aos itens básicos para a dignidade humana muitas são as ideias disseminadas para culpar o próprio trabalhador pelo fato de não possuir uma habitação. É habitual a ideologia de que esses sujeitos não têm acesso a um local adequado porque são preguiçosos ou não se esforçam o bastante para adquirir uma moradia, configurando-os como culpados por ocuparem espaços precários e por não terem acesso à cidade formal e tudo que ela pode oferecer. Sobre essa dimensão, Rodrigues (1997, p.32) observa:

Na ideologia dominante, quando não se “consegue” ser proprietário à custa de um esforço tão acentuado, é porque se é preguiçoso, porque o “povo brasileiro não gosta de trabalhar”, porque ele se apega ao “descanso no fim-de-semana”. Esta mesma ideologia é transmitida, aos trabalhadores que se assumem responsáveis pelo acesso ou não à casa própria, e mesmo pelo acesso ou não ao emprego.

Certamente a falta de acesso à habitação não acontece só com aqueles que não têm renda, ou possuem pouca renda, mas até a classe média tem dificuldades de acessar a casa própria, ainda que não passe pela mesma penúria que os pobres, pois a questão salarial acarreta também à classe média um desconforto financeiro quando se trata da habitação. Convém registrar que

Em países periféricos e semi-periféricos, como o Brasil, onde a industrialização se deu com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não se integrou ao mercado de trabalho formal, a moradia não é também obtida via mercado formal. Frequentemente, até mesmo ao trabalhador empregado na indústria fordista (a moderna indústria automobilística) falta poder aquisitivo para comprar sua moradia no mercado legal privado. Até mesmo a classe média, média tem dificuldade de entrar no mercado imobiliário residencial (MARICATO, 2003, p.3).

Nesse processo da crise da habitação os papéis estão bem definidos nas relações de poder que se estabelecem. Os empresários imobiliários buscam os maiores lucros em vendas de terrenos, casas e aluguéis. A população menos abastada tenta encontrar formas para subsistir na cidade. Assim, Rodrigues (1997, p.24) esclarece:

Nosso interesse está diretamente ligado à produção da habitação, o que ocorre numa diversidade de processos privados de apropriação do espaço. Cada um deles está determinado pelas regras de valorização de cada capital em particular, de cada fração do capital. Os proprietários de terra procuram obter a maior renda possível, os construtores o maior lucro, os financistas os maiores juros. Os proprietários de casas e apartamentos querem obter os aluguéis mais elevados, e aqueles que não tem casa própria, terreno ou não podem ainda pagar aluguel, procuram se organizar para se opor a estas formas de exploração, através do que são denominados os movimentos reivindicativos urbanos. Já as organizações dos proprietários e construtores são denominadas de “lobbies”.

Diversos são os atores envolvidos na produção habitacional e, para Kowarick (1993), a produção de habitações é direcionada àqueles que podem pagar em função do modelo econômico que vivemos.

A produção de habitações resulta de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o controle sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado. Do ponto de vista da realização do capital, os interesses tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de habitabilidade para

as faixas de renda mais elevadas, vedando o acesso para a grande maioria dos trabalhadores que precisam [...], por conseguinte encontrar outras formulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital (KOWARICK, 1993, p. 60).

Ainda de acordo com o autor, um dos fatores determinantes da condição de vida passa pela dinâmica das relações de trabalho; a cidade capitalista tem sido vivida com deformação e a aparência desordenada pode ser percebida por meio da expansão capitalista que traz um crescimento selvagem, ficando clara a incapacidade do estado em gerir formas racionais de ocupação do solo:

Convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, passa a produzir o que antes trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho. (KOWARICK, 1993, p. 59)

Vitória da Conquista, ao longo dos anos, tem postergado ações para dar uma resposta sobre a questão da habitação na cidade. O seu crescimento, exposto na Tabela 3, se dá de forma veloz e, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 60 o município tinha 48.712 habitantes na zona urbana; em 1980 já era 127.652 e em 2000 a população era de 262.585 habitantes. Em 2010, a população foi de 306.374 habitantes sendo que 274.805 estavam na área urbana, fator que pode ser justificado pelo fato de que a população rural tem migrado cada vez mais para a cidade.

Tabela 3 – Crescimento da população de Vitória da Conquista/BA.

Ano	População Rural	População Urbana	Total
1940	62.559	11.884	74.443
1950	73.111	23.553	96.664
1960	90.057	53.429	143.486
1970	41.520	84.053	125.573
1980	43.107	127.512	170.619
1990	36.740	188.351	225.091
2000	36.949	225.545	262.494
2010	31.569	274.805	306.374

Fonte: IBGE 1940 a 2010. Elaboração: Uriana Fernandes (2019).

Com os dados da tabela apresentada é notável a diminuição gradativa da população da zona rural e o aumento da população na zona urbana do município. Vale ressaltar que a cidade também se configura como um polo de atração, em razão do seu crescimento na área de saúde, educação e demais serviços. Com isso, o fluxo de pessoas em direção à cidade tem se tornado constante e amplo e, assim, as necessidades habitacionais também aumentam.

De acordo com a fundação João Pinheiro em 2015 o Brasil possuía 942 mil habitações precárias, localizadas principalmente na região nordeste e norte, ou seja, a precariedade habitacional no território brasileiro persiste, e de forma heterogênea, tendo como característica o fato de que em algumas regiões essa concentração é maior.

Em Vitória da Conquista os assentamentos apresentam vários elementos de precariedade. Em diálogo com o presidente da associação do assentamento Vila América é notável a preocupação com a falta de retorno do poder público no que tange às reivindicações da comunidade local. As questões pontuadas, pelo senhor Ronaldo da Silva, se referem à saúde (estrutura construtiva do Posto de Saúde) e seu entorno tomado pela mata espessa. Para a população, a falta de espaços de lazer, cultura, praças, cursos, esportes e a dificuldade de acessar a cidade formal são as reivindicações mais frequentes. Nesse sentido, Carvalho (2016, p.50) pontua:

Os direitos que permitem que se viva a cidade estão ligados, sobretudo, ao acesso a bens públicos de uso coletivo, como praças, parques, centros culturais e espaços de eventos, permeados por uma efetiva segurança pública que incentive que as pessoas percorram os mais diferentes cantos de sua urbe. Por isso, talvez a questão central nessa dimensão do Direito à Cidade seja justamente a mobilidade urbana, consubstanciada pela problemática do transporte público.

Nas reivindicações dos moradores está o transporte público. Com a saída da viação da cidade foi extinta a linha que fazia o itinerário Vila América x Vila Serrana. Conforme relatos, esse processo trouxe muitas dificuldades para os moradores, pois o assentamento possui muitos estudantes que faziam esse trajeto todos os dias para chegar nas escolas localizadas no percurso do ônibus da Vila Serrana, P53. Além disso, muitos trabalhadores que também utilizavam a linha foram prejudicados. Carvalho (2016, p.50) assinala que

A maioria da população urbana depende do transporte público para se deslocar entre pontos distintos da cidade, permitindo que as pessoas tenham acesso aos benefícios materiais e imateriais que são desenvolvidos por elas mesmas. A partir do momento em que a qualidade do transporte se torna precária ou a limitação de trajetos (principalmente nos fins de semana) prejudica que parte da população acesse algumas regiões determinadas, a segregação espacial se

intensifica. O próprio preço das tarifas costuma ser um obstáculo para que o trabalhador e sua família se desloquem para centros de lazer, eventos culturais, unidades de saúde especializadas em determinadas patologias, dentre outros. A quase totalidade dos deslocamentos que as pessoas realizam no transporte público se refere à ida e à volta do trabalho, de forma que é retirado delas o status de cidadania, sendo elas relegadas à condição unidimensional de mão de obra.

Certamente a precariedade do transporte público nos assentamentos atinge a mobilidade e a acessibilidade das famílias, os valores das tarifas, a lotação que se intensifica nos bairros mais pobres devido ao número de pessoas que utilizam o transporte e a pouca quantidade de coletivos disponíveis, atrasos, falta de segurança e conforto. Tudo isso demonstra a ineficiência do transporte público pensado na perspectiva do direito a cidade. Assim, o transporte coletivo público de qualidade é um dos itens importantes no embate contra as desigualdades socioespaciais.

De acordo a associação de moradores a iluminação pública também é uma reivindicação da comunidade, pois tem sido precária. Embora o assentamento receba rondas da polícia, a reivindicação pela presença da polícia também é recorrente. A associação expõe que várias são as tentativas de obter retorno favorável nas pautas levadas ao poder público, relatando que em alguns momentos os diálogos são estabelecidos, mas nem sempre o atendimento das demandas acontece.

Destacando a importância da participação da associação em dialogar com o poder público sobre as necessidades da comunidade, Carvalho (2016, p. 51) diz:

O planejamento urbano pautado pela participação popular garante ainda dois benefícios fundamentais que é necessário discutir. Em primeiro lugar, faz com que a cidade seja gerida e planejada por aqueles que realmente percorrem os seus espaços rotineiramente, e não apenas por especialistas que se fecham em gabinetes para elaborar plantas e projetos idealizados por suas ciências. Não se nega a importância dos técnicos, mas estes são colocados no papel de condutores, e não de protagonistas do planejamento.

De acordo com a associação de moradores, a comunidade possui quatorze praças, mas nenhuma possui elementos de uma praça, pois a maioria delas está tomada de mata espessa ou apresentam apenas a demarcação sem qualquer infraestrutura.

Poucos são contemplados em viver uma vida digna, viver o cotidiano da cidade. Durante a pesquisa foi constatado que não ocorre a participação da maior parte da comunidade em eventos culturais e espaços de lazer e muitos moradores atribuem tal momento à ida nas igrejas localizadas nos próprios assentamentos.

Nas comunidades, é notória a falta de elementos que propiciem uma vivência com os espaços verdes, acesso aos eventos culturais e às áreas de lazer, aos profissionais da saúde, às escolas e creches de qualidade e um transporte público que atenda as suas necessidades. Esses elementos, que na maioria das vezes são deficientes ou inexistentes, demonstram as condições de penúria que essa população convive todos os dias. Somente esse acesso a uma habitação ou ao terreno que uma parte da população tem não é suficiente para as demandas razoáveis de vivência humana.

Contudo os direitos sociais nas políticas habitacionais devem ser tratados como imbricados com o direito a cidade. Haja vista o direito a cidade estar ligado aos espaços de encontro e reciprocidades, o domínio do ritmo do tempo, trabalho e da vida, ou seja, o uso pleno dos momentos.

O acesso aos espaços culturais e de lazer, por exemplo, é capaz de modificar uma comunidade e dar novos significados para além da vida material, pois produz momentos de gozo, diálogo e aprendizado.

Durante a pesquisa realizada no assentamento Vila América, quando alguns moradores foram perguntados sobre o que fazem nas horas vagas, muitos riem, afirmam: "não existem horas vagas", pois estão sempre ocupados com atividades do trabalho. Muitos afirmaram nunca terem ido ao teatro. Até frequentam o shopping, mas com a finalidade de pagar as contas, já que ele fica próximo da comunidade. Essas habitações são alicerçadas em condições de pobreza e a falta de uma sociabilidade decente e segura é evidente.

Bastante emblemática a situação de algumas habitações nos assentamentos. O número de famílias habitando o mesmo espaço, se configurando um adensamento, é notório. Em alguns casos, precisam lidar com a questão do desemprego, vivendo de trabalhos informais, contando com o auxílio de política pública, como o bolsa família. Um exemplo é o assentamento Vila América que possui algumas habitações com características de adensamento, com muitas mulheres na condição de chefes de família.

Aqueles que não possuem a renda suficiente para adquirir uma habitação adequada em um entorno adequado são expurgados da cidade formal. Assim, o percentual da população brasileira que tem acesso ao mercado legal é muito pequeno e a maior parte dos brasileiros são empurrados para espaços ilegais. Maricato (2011) afirma que

O mercado residência legal no Brasil atende perto de 30% da população. Ele deixa de fora, em muitas cidades, até mesmo parte da classe média que ganha entre cinco e sete salários mínimos. Essas pessoas, legalmente empregadas, podem ser encontradas morando ilegalmente em favelas de São Paulo e do

Rio de Janeiro. Sem qualquer alternativa legal, grande parte da população urbana invade terra para morar. As terras que não interessam ao mercado imobiliário e são ocupadas pela população de baixa renda são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação de proteção ambiental. (p.185)

Assim também, é preciso considerar que as despesas com habitações para as famílias com pouca, ou sem renda são significativas nos gastos familiares, estes gastos poderiam ser direcionados para outras necessidades como: alimentação, educação e saúde entre outras.

É possível notar a gratidão dos moradores em terem acesso a essas habitações ou terrenos, mesmo com todos os problemas enfrentados nessas localidades. Devido à falta de recursos financeiros eles se demonstram extremamente agradecidos por estarem dentro de uma habitação e não pagarem mais aluguel, mesmo com todos os problemas enfrentados por habitar esses espaços.

De acordo a declaração universal dos direitos humano, em seu artigo 25, toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado, à saúde e ao bem-estar de si mesmo e de sua família, incluindo alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e serviços sociais necessários e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outra falta de sustento em circunstâncias fora de seu controle. Entretanto, observa-se que boa parte da população mundial não tem acesso a uma vida digna, uma vez que o modo de produção capitalista tem produzido cada vez mais desigualdades.

3.1 A autoconstrução nos assentamentos precários

A autoconstrução permite que as famílias com pouca ou sem renda tenham um local de descanso, mesmo que esses espaços possuam elementos de precariedade. Em sua maioria são terrenos oriundos de ocupações ou no terreno de algum parente.

Embora a autoconstrução permita ao trabalhador a possibilidade de obter um teto, geralmente o ele utiliza um dia da semana, que seria destinado para o seu descanso, para realizar tais atividades de construção. Esse fator pode causar uma sobrecarga de trabalho, visto que na maioria das vezes esse trabalhador faz horas extras no trabalho para poder ter acesso a alguns materiais de construção.

Também ocorre a contratação de parentes ou vizinhos como forma de economia, pois o serviço tende a ser feito por um preço menor do que geralmente é negociado no mercado da construção civil.

De forma geral a autoconstrução representa a possibilidade de uma população de baixa renda poder construir a sua habitação, que antes de se transformar em mercadoria representa um bem para o trabalhador, neste sentido o trabalhador tende a utilizar o expediente do trabalho extra para conseguir mais recursos para a construção, seja através de horas extras no trabalho, seja através de trabalhos extras, como pequenos biscates, prestação de serviços ou vendas no mercado informal. Associada a esta carga horária extra de trabalho, o autoconstrutor acaba utilizando suas horas de folga para pôr em andamento a construção da casa, em muitas vezes só, em outras tantas com a ajuda de vizinhos, amigos e familiares pois o mesmo não pode dispor dos seus rendimentos, mesmo com toda carga extra de trabalho para conseguir dinheiro, na totalidade para o pagamento de mão-de-obra, de tal forma que as outras despesas familiares acabam sendo condicionadas pela autoconstrução. Isto resulta, em última instância, numa extrema dilapidação da força de trabalho representada por uma população de baixa renda já bastante sacrificada em termos de acesso a serviços básicos como transporte, lazer, saúde, educação e principalmente, no que tange a uma necessidade imediata e preventiva, o saneamento básico. (SANTANA. 1994, p.39)

Na maioria das vezes a autoconstrução é corriqueira para aqueles que não têm acesso à assistência técnica de profissionais da arquitetura, engenharia civil e elétrica, paisagismo, entre outros, devido ao valor que deve ser pago a um profissional e

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de moradia, principalmente nas grandes cidades brasileiras e de modo geral da América Latina. A construção da casa se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do "tempo livre" da família (RODRIGUES. 1997, p.30).

A necessidade de habitar direciona boa parte da população pobre a utilizar a autoconstrução e o pouco tempo destinado para seu descanso é direcionado para a construção da habitação. Geralmente contam com a ajuda dos mais próximos, com um pouco de conhecimento sobre determinadas etapas da construção.

É muito comum a ajuda mútua entre essa população. Até mesmo o material para a construção, em sua maioria, é comprado próximo da localidade, seja para reduzir o custo de transporte ou pelos vínculos de amizade que facilitam o parcelamento do material. Outra característica é que geralmente são materiais que não exigem muita técnica em sua empregabilidade. Rodrigues (1997, p. 31) observa que

A construção é realizada nos fins-de-semana e em parte das férias, o ritmo da construção depende do "tempo livre", do dinheiro disponível para a compra do material de construção e da contratação eventual de um trabalhador especializado para determinadas etapas da construção. O material de construção é muitas vezes comprado em depósitos do próprio bairro que o "financiam". Os juros das parcelas mensais acabam embutidos no preço do material. Para esses pagamentos lançam mão de parte das férias retirada em dinheiro, do 13 salário e retiram o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

Nos assentamentos da cidade de Vitória da Conquista a autoconstrução é uma das características mais frequentes. No assentamento Paulo Rocha muitos moradores relataram as dificuldades de construir a habitação no início da ocupação, algumas mulheres destacaram o fato de elas mesmas trabalharem nas etapas de construção, com algum parente ou conhecido, e também revelaram realizar alguns trabalhos domésticos em troca de material para a construção.

Essas mesmas mulheres pontuam a importância de terem ocupado esses terrenos, em muitos casos ainda em barracos, para depois começarem a construção. Muitas apontaram que se não tivessem ocupado naquele momento teriam perdido o terreno, pois não tinham escritura e se tratava de uma ocupação.

Diante disso, é nítida a luta dessas famílias para subsistir e todo esse processo de autoconstrução denota uma ação de resistência, de pressão contra o próprio sistema que impede essa população de ter uma habitação.

É recorrente, na fala dos moradores, a preocupação apenas em ter o teto para habitar, as questões referentes a infraestrutura são secundárias, pois a necessidade maior é de sobrevivência. Assim,

A auto construção reproduz ao produzir casas em lugares sem infraestrutura e com um sobre-trabalho individual, as condições gerais de reprodução do espaço urbano. Onde é possível morar, de que modo é possível morar, definindo e redefinindo o lugar de cada um na cidade. (RODRIGUES, 1997, p.34)

Esse movimento permite ao trabalhador um custo menor com a provisão de sua habitação, em contrapartida exige do trabalhador um esforço muito maior com rebatimentos em sua saúde física e mental. Rodrigues (1997, p. 32) pontua que

À medida que um grande número de trabalhadores autoconstrói sua casa, esse trabalho não remunerado contribui paradoxalmente para que o custo da habitação entre cada vez menos no cálculo do salário, embora pese cada vez mais nas costas dos trabalhadores. Estranha contribuição. À medida que trabalha durante seu tempo de descanso e passa a ser proprietário de uma casa, vai se somar ao número de possuidores de casa própria.

Várias são as observações em torno da autoconstrução e, embora seja na autoconstrução que muitas famílias conseguem possuir um teto para descansar, observa-se que as famílias, em sua maioria, não tem o direito de escolhas de materiais ou de ideias para a construção, pois é feita de acordo com a pouca renda que possuem. Assim como não existe a escolha do local da habitação para os mais pobres, também não existe escolha sobre o tipo de construção.

Durante a pesquisa se destacaram as dificuldades das famílias, materializadas em suas habitações de várias formas, trazendo à tona a vulnerabilidade a qual essas famílias são submetidas. Desde a cerca no lugar do muro, as paredes sem acabamento, à existência de um único banheiro para as várias famílias que moram em uma habitação. Na Figura 9 é possível observar uma habitação resultado da autoconstrução.

Figura 9 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

A falta de privacidade também é uma característica predominante, pois, durante a pesquisa, algumas habitações com quatro cômodos acomodavam de seis a dez pessoas. Existe também o medo da chuva, pois muitas das habitações não são forradas e além do desconforto que as goteiras causam, os idosos e as crianças reclamarem do frio.

Também são frequentes as habitações com precariedade nas instalações elétricas e hidráulicas e se percebe o quanto a pobreza e a segregação são imbricadas. Dessa forma, as famílias dos assentamentos têm como característica principal a vulnerabilidade social e ambiental.

Diante da pouca renda, as famílias pobres ocupam e constroem suas habitações de forma precária, pois não possuem alternativa de sobrevivência, o que se configura como resistência ao modelo econômico que tenta invisibilizar esses sujeitos a todo momento. Nesse processo, o poder público contribui com a precariedade quando não constrói infraestrutura ou a faz deficiente.

Santana (1994, p. 39), em sua dissertação, afirma que o não acesso aos locais com recursos urbanísticos é um dos fatores que impulsionam a autoconstrução.

A fuga do aluguel levou muitos indivíduos ao procedimento da autoconstrução seja nas áreas recém ocupadas, seja naquelas já consolidadas. Um outro fator, como foi visto, também contribui para o empreendimento da autoconstrução, a especulação imobiliária, na medida que impede o acesso da população de baixa renda àquelas áreas mais bem servidas de "recursos urbanísticos" e em sua maioria já apropriadas pelo mercado imobiliário.

Essa fuga do aluguel, mencionada por Santana (1994), se materializa na fala dos entrevistados dos assentamentos quando se referiam ao processo de ocupação e autoconstrução. Os moradores mais antigos relataram que as condições eram muito precárias, entretanto não tinha como continuar pagando aluguel ou morar com familiares em outros locais e precisavam de um teto.

Algumas das ocupações, em seu início, contavam com barracos de lona e logo foram substituídos por cômodos feitos de alvenaria. Vários itens na habitação eram improvisados ou precários: as janelas eram tampadas de papelão ou outro material durante a noite, a não existência de banheiros, a falta de pisos e rebocos nas paredes.

Muitas famílias revelaram que demoraram muito tempo até conseguir, pelo menos, colocar um piso e construir um banheiro em suas casas. A pouca ou nenhuma renda e a necessidade de se alimentar, pagar energia e água, foram e são alguns dos fatores que impedem a melhoria das habitações, pois o pouco dinheiro que adquirem é direcionado para esses itens.

A autoconstrução atende as penúrias imediatas da população com pouca renda, até mesmo as habitações construídas pelo poder público, a exemplo dos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida e algumas habitações do Vila América. É recorrente que as famílias façam algumas autoconstruções principalmente para inserir mais um cômodo, pois a área construída não atende às necessidades das famílias.

A autoconstrução reforça a desigualdade e deixa claro a segregação socioespacial, mas para as famílias pobres é uma forma de subsistir na cidade mercantilizada. Ocupar e autoconstruir é resistir, uma vez que o mercado e o estado não respondem as necessidades habitacionais. De alguma forma a autoconstrução pressiona o poder público, mesmo que não

ocorra uma resposta na direção do atendimento das demandas dessa população, mas sinaliza a existência e a luta da população trabalhadora. O que existe, de fato, é uma concentração de propriedades, escancarando a profunda desigualdade no país.

4 O PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

A urbanização, nas últimas décadas, tem sido norteadada pelo capital financeiro. Assim, a produção do espaço no modo de produção vigente é orientada pelas estratégias de reprodução e acumulação do capital; as redes entre a economia e a política em movimento, produzem uma lógica perversa. Conforme pontua Harvey (2005, p. 170),

Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem conteúdo de classe definidos, [...]. Mas, sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicas.

A produção do espaço tem sido pautada na financeirização e as cidades têm se tornado cada vez mais segregadas, pois o lucro é o objetivo principal. É nesse sentido que as diversas formas de consumo do espaço se dão, por meio de mercados financeiros, imobiliários, bancos e parcerias público-privadas. Há uma grande expansão em infraestrutura para atender os mecanismos dessa financeirização.

Isso indica que a cidade é concebida, produzida e administrada como mercadoria por meio das ações dos empreendedores imobiliários e facilitada por condições criadas pelo estado capitalista neoliberal. Essa reprodução ampliada do capital possibilita lucros para alguns, e excluem dos espaços com equipamentos e infraestruturas aqueles que não possuem renda.

Observa-se que, embora o estado assuma diversas posturas e pregue um posicionamento democrático, na prática as suas ações privilegiam a reprodução do capital que atende a sociedade da classe que está posta.

O lugar que os sujeitos ocupam, nessa sociedade, é pautado no espaço que ele ocupa no processo de produção e distribuição de riquezas, ambiente que é constantemente reproduzido, alimentado e travestido de novas roupagens.

Nesse contexto, a questão habitacional é uma problemática no entendimento e na resolução de problemas do espaço urbano. Na cidade de Vitória da Conquista/BA, a questão habitacional nas últimas décadas tem gerado conflitos e a população com pouca ou sem renda tem buscado formas para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo em que a habitação é algo fundamental para a reprodução da vida ela também tem se tornado inacessível e esse processo desencadeia nas ocupações.

O processo de segregação vai se constituindo, o espaço transformado em mercadoria disponibiliza seus equipamentos e serviços públicos de acordo a habitação. Desse modo, a

periferia vai se reproduzindo na cidade, produto do parcelamento desigual que vai além da localização geográfica e perpassa pelas desigualdades urbanas.

Vários aspectos diferenciam a periferia de outras áreas da cidade: o fato de ser desprovida de infraestrutura e serviços básicos, a forma de apropriação do espaço, a reprodução do trabalho e o modo de vida, entre outros. A distância é de classe, pois as distâncias e deslocamentos são distintos para cada sujeito, de acordo com a sua renda. A cidade passa a ter único intuito: intermediar a produção do lucro. De acordo Carlos (2001, p. 15),

(...) há uma lógica que tende a se impor como ‘ordem estabelecida’ que define o modo como a cidade vai-se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante (...) mas em todos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação.

A segregação é, portanto, resultado da ampliação das relações capitalistas e ocasiona na grande valorização da terra urbana e interfere nas questões habitacionais.

A segregação socioespacial, em muitos momentos, tem no mesmo espaço e segmentos distintos, como o caso do assentamento Vila América que, ao seu lado, convive com luxuosos condomínios. Ocorre uma maior fragmentação social e as distâncias entre a habitação da elite e do pobre não diminui as disparidades, só confirma a segregação e as diferenças.

Assim, a segregação socioespacial é o resultado da luta entre a produção social da cidade e sua apropriação, ou seja, a luta de classes. Nesse sentido, a produção do espaço tem sido pautada no valor de troca e, de acordo com Carlos (2004, p.11), a vida cotidiana se deteriora.

Significa que tanto no campo quanto na cidade o processo de reprodução se realiza pelo conflito violento entre valor de uso/valor de troca um conflito que é prático – social. A extensão dos limites e possibilidades da realização do capital produziu, tendencialmente, o espaço enquanto valor de troca, objeto de valorização, e, nesta direção, tudo o que diz respeito às condições de vida do homem se deterioram e o mundo produzido torna-se exterior ao homem, desenraizam –no ligando – o a subjetividade produzida dentro do mundo da mercadoria. Assim a cidade e o campo estão atravessados por novos objetos que vão dominando a vida cotidiana.

O setor imobiliário e o poder público, em conjunto, definem as novas espacialidades e, dessa forma, habitar tem significados distintos. Para a classe mais pobre é abrigo, para a

classe dominante é mercadoria. O processo de luta por uma habitação escancara as formas de apropriação do espaço, cidades inteiras segregadas.

Na cidade a luta dos sem teto desloca a luta da esfera produtiva revelando a contradição intrínseca ao capitalismo entre o operário e capitalista para a esfera da reprodução da vida em seu sentido mais amplo, com isso revela a reprodução ampliada das relações sociais de produção para além da produção estrita de mercadorias. A luta dos sem-terra se realiza questionando a propriedade que permite deixar a terra vazia enquanto uma parcela crescente não tem terra para plantar, logo para viver. Ambas as lutas revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em xeque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida seja para a produção do alimento, seja enquanto moradia e tudo o que esta atividade implica para a vida. Revelam, com a luta, a produção segregada do espaço; a privação enquanto produto, as condições da alienação e a luta ambos produtos do modo como se realiza a reprodução das relações sociais no Brasil (CARLOS, 2004, p.11).

Frequentemente os locais ocupados pela população pobre são as áreas de riscos ambientais. O assentamento Anelita Nunes, no bairro Espírito Santo, em Vitória da Conquista/BA é exemplo disso, pois algumas habitações ficavam muito próximas a uma nascente e, no período de chuvas, as casas foram inundadas e as famílias perderam muitas coisas, tendo que sair sem ter para onde ir. Na ocasião, os moradores foram realocados para o assentamento Vila América.

O Anelita Nunes é uma das várias ocupações que ocorreram, de forma intensa, na década de 1980 a 1990 e continuam ocorrendo na cidade de Vitória da Conquista/BA com algumas diferenças entre um período e o outro, pois, no presente momento, acontecem em um ritmo menor em virtude de fatores como o contexto histórico marcado pelo enfraquecimento dos movimentos sociais e mobilizações junto a presença de uma política federal e municipal de habitação, entre outras questões.

Embora a presença da política habitacional, tanto municipal quanto federal, não tenha conseguido sanar a problemática habitacional na cidade, a sua existência é uma forma de conter as ocupações, pois sempre que as famílias se mobilizavam o poder público encaminhava para o sistema de cadastro de habitação e programas sociais, até meados de 2014.

Entretanto, desde 2014 as inscrições para o Minha casa Minha Vida estão paradas no município. Em nível nacional, o programa, implantado em 2009, teve um ritmo de crescimento considerável até 2014, quando começou a reduzir a produção, principalmente aquelas direcionadas à faixa 1. De acordo com Rolnik (2020), o Programa precisa de uma avaliação para rever várias questões, entre elas a situação de famílias da faixa 1.

Durante a pesquisa de campo, Tânia Costa Silva, Assistente Social e supervisora técnica do Programa Minha Casa Minha Vida, em Vitória da Conquista/BA, relatou:

Não estão sendo realizadas inscrições para o Programa Minha Casa Minha Vida. O programa está parado. Desde 2014 o Município e governo Federal não fizeram mais contratações para Vitória da Conquista. Então estão sendo atendidas unicamente pessoas sem teto e o critério está sendo a vulnerabilidade e risco social grave para ingresso e para reanálise de cadastro já existente. Para o caso de surgir unidades devolvidas por alguém ou alguma de processo de reintegração de posse. Nesses casos é criada uma lista pelo Serviço Social. Esta é a situação atual de Conquista. No entanto, de modo geral para ingresso na faixa1, faixa que geralmente, (mas não exclusivamente) os cadastros são realizados e gerenciados pelo Município, a pessoa precisa ter renda inferior a 1800 reais. Não possuir imóvel. Não ter sido nunca jamais beneficiada em nenhum programa habitacional. Têm preferência para contemplar famílias chefiadas por mulheres, beneficiários do Programa Bolsa família, pessoas em áreas de risco identificadas pela Defesa Civil, outras situações de risco social e pessoal identificadas pelo Serviço Social, Pessoas idosas, pessoas com deficiência (Tânia Costa Silva, 2019).

No que diz respeito à política municipal de habitação da cidade em questão, as famílias atendidas são as que precisam ser realocadas em virtude dos riscos ambientais, com atendimentos infrequentes.

Nota-se que, em alguns momentos, ocorre a retirada de famílias inteiras em algumas áreas, de forma arbitrária, se utilizando de uma suposta proteção ambiental, a exemplo da ocupação Cidade Bonita.

No Assentamento Recanto das Águas, com a abertura de uma ravina devido à chuva e desmatamento no local, algumas famílias foram realocadas para outro terreno no mesmo assentamento. Nas figuras 10 e 11 é possível observar a ravina.

Figura 10 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 11 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Certamente, a questão habitacional na cidade está estagnada, pois o crescimento da cidade ocorre e famílias precisam encontrar meios de existir na cidade.

Quando Engels (1887) aponta que a questão da habitação só será resolvida com o fim da exploração do trabalhador, sua frase se materializa na compreensão de como a produção do espaço tem ocorrido, a desigualdade socioespacial tem sido a característica constante das cidades.

As ocupações significam muito mais que apenas meio de existência e reprodução da vida, é também uma forma de resistência, de dizer “eu existo”, existe uma classe explorada pela classe hegemônica que ocupa o espaço e que tem direitos.

É fundamental reafirmar a importância da luta por uma habitação digna no modo de produção capitalista, pois a produção do espaço no modo de produção vigente tem sido marcada pelas disparidades sociais e urbanas, e o direito à habitação e seu entorno é um dos maiores problemas no urbano, um dos entraves no direito à cidade. Em Vitória da Conquista, mesmo

com um Programa Municipal de Habitação Popular, e demais programas federais como o Minha Casa Minha Vida, nota-se que as ocupações continuam mesmo depois de mais de vinte anos da instituição de um Programa de Habitação municipal.

As ocupações são uma realidade na cidade e continuam ocorrendo e resistindo, geralmente em locais de pouco valor imobiliário e muito frequentemente em áreas de proteção ambiental, como por exemplo, a ocupação chamada comunidade Maravilhosinha.

Essa ocupação ocorreu em 2017 e está localizada no Parque Municipal da Serra do Periperi, que é uma unidade de conservação. O poder público logo soube da existência da ocupação e, de acordo Carvalho (2017, p.1),

Em 19 de março de 2017, às 4h da manhã, os primeiros tratores surgiam na ocupação chamada “Comunidade Maravilhosinha”, localizada no Cidade Maravilhosa, loteamento do bairro Zabelê, em Vitória da Conquista - BA. Sem decisão judicial e sem diálogo efetivo com os moradores, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) autorizou a derrubada de cerca de cem barracos, desalojando diversas famílias, sob alegação de estar a Comunidade Maravilhosinha em uma área de proteção ambiental. Do modo similar, a ocupação “Cidade Bonita” sofreu tentativa de despejo por parte da PMVC, no dia 25 de março.

Desta forma, compreende-se que o não acesso a habitação perdura na cidade, assim como a reação do poder público diante de uma ocupação. Nas ocupações ocorridas no final da década de 1980 e início de 1990, a reação do poder público (com a utilização de tratores destruindo as habitações ou barracos) foi a mesma registrada por Carvalho (2017) em relação a alguns assentamentos, a exemplo do Machado Costa que, na primeira ocupação, os tratores derrubaram os barracos. Tempos depois, a população, sem alternativa para habitar, voltou a ocupar o local, resistindo. Na comunidade Maravilhosinha, a história se repete e as pessoas são expulsas com tratores. A área da comunidade pode ser vista na Figura 12.

Figura 12 – Comunidade Maravilhosinha, Vitória da Conquista/BA, 2017.



Fonte: blog do Anderson - 2017

No mesmo ano em que a fotografia foi tirada ocorreu outra ocupação na cidade, chamada Cidade Bonita, no bairro Nova Cidade. Novamente o poder público reagiu de forma arbitrária e retirou as famílias do local, derrubando as casas e barracos. Na Figura 13 é possível observar a área da ocupação no local que ainda registra alguns destroços.

Figura 13 – Ocupação Cidade Bonita, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

As famílias resistem e participam de uma manifestação que é silenciada pela polícia por meio do uso de balas de borracha, bombas de efeito moral e spray de pimenta. Algumas famílias retornam à ocupação, mas o poder público pede ordem de prisão para os que insistirem em ocupar novamente.

Na Figura 14 é possível visualizar a área do terreno que foi ocupada pelas famílias.

Figura 14 – Assentamentos Precários, bairro Nova Cidade, Vitória da Conquista/BA, 2020.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - BAIRRO NOVA CIDADE, VITÓRIA DA CONQUISTA - BA, 2020



Durante a pesquisa de campo, Iranilde Marinho, presidente da associação da ocupação Cidade Bonita, em Vitória da Conquista/BA, menciona:

O que houve aqui de encaminhamento pra essas famílias da ocupação cidade bonita foi uma ordem de prisão, por permanecer né, na área, uma vez que tinha sido ordenado ai pela prefeitura, através do ministério público né, a retirada dessas famílias. E ai três dias depois o que recebemos aqui de encaminhamento, gestão Herzém Gusmão, ordem de prisão por desobediência. Então assim, não houve aluguel social, não houve nenhum encaminhamento para habitação, uma vez que essas famílias que ocuparam aqui, já estava residindo aqui, é família que já estava inscrito naquele programa né, habitacional. Então assim, tinha pessoas com 12 anos, inscritas na prefeitura, 15 anos, então assim, a demanda por habitação muito grande. A gente se depara ai até ano retrasado, tinha nove mil pessoas na fila, pleiteando uma casa, um teto para morar. E ai assim, é quando a gente se depara com uma área dessa, que faz parte de uma antiga ocupação, que é a nova cidade, é um pedaço de terra que ficou. Que na época, não tinha demanda, e hoje, é uma área que serve para descarte de lixo. (Iranilde Marinho, 2019)

As famílias argumentam que muitas delas fizeram o cadastro para obter uma habitação ou terreno na prefeitura, mas, mesmo depois de cinco ou oito anos, ainda não foram atendidas e permanecem sem um lugar para habitar e se instalaram no Nova cidade para sobreviver. De acordo o Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa (NAJA) da UESB, em reportagem para o blog do Anderson,

A Serra do Periperi, em Vitória da Conquista, vem sendo ocupada há mais de 60 (sessenta) anos, desde a construção da BR-116, para moradia, através de ocupações e loteamentos irregulares e pela exploração de seus recursos naturais utilizados na construção civil, como areia, cascalho, saibro, pedra e madeira. Em 1999, com a finalidade de conter o avanço da urbanização em direção à Serra do Periperi, o Município de Vitória da Conquista criou o *Parque Municipal da Serra do Periperi*, por meio do Decreto Municipal nº 9.480/99. No entanto, passados mais de 18 (dezoito) anos da criação da mencionada Unidade de Conservação, o Município não publicou seu Plano de Manejo e sequer realizou o zoneamento da área de proteção ambiental. Tanto é verdade, que em 30 (trinta) de agosto de 2017 foi homologado Termo de Ajuste de Conduta, nos autos da Ação Civil Pública entre o Ministério Público Estado da Bahia e o Município de Vitória da Conquista, em que este se compromete, dentre outras coisas, realizar: “**Cercamento ou demarcação da área total do Parque**, mediante cravação de piquetes de madeira ou marcos de concreto, com distância máxima de 2 (dois) metros entre cada marco, salvo se os estudos topográficos recomendarem outro distanciamento [...] (Blog do Anderson, 2017).

Ainda que não sejam tão intensas como o processo que ocorreu no final da década de 1980, as ocupações ainda são recorrentes. Também é perceptível a seletividade do poder público em relação às construções que avançam na serra do Periperi e outras áreas da cidade,

como a retirada das famílias da ocupação Cidade Bonita pelo poder público. Iranilde Marinho, presidente da associação de moradores da ocupação, afirma:

É passível de habitação, e não é área verde, não está dentro da área de preservação ambiental. Mas mesmo assim todas as residências que foram construídas ai ao longo de 6 anos, da gestão passada que já tinha uma ocupação aqui, essa casa né já tava, já vinha sendo construída, e a gestão passada só fez essa orientação, lá é área de preservação, vocês não entra, mas aqui vocês podem se organizar né(.....). Tanto de construtoras, quanto da própria prefeitura, aqui a gente já se deparou com o carro do meio ambiente descartando lixo, uma área que eles alegava né, ser uma área de preservação ambiental. E que foi constatado pela defensoria que parcialmente sim, mas metade não é, a área que abrange a serra do Periperi, que tem ai, em termo de, é a área que margeia o anel viário, então metade dali pra cá né, a gente pode ver, que tá dentro do perímetro urbano. (Iranilde Marinho, 2019)

Ao longo do texto são perceptíveis os fatores de precariedade encontrados nos diversos assentamentos da cidade, como a falta de regularização fundiária, infraestrutura e transporte de qualidade. Nota-se que a implantação e desenvolvimento do Programa, na cidade, ao longo das décadas, pouco avançou na urbanização dos espaços precários. De acordo o IPEA,

As cidades brasileiras mostram de forma eloquente as desigualdades e as precárias condições de vida da população pobre. Os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo, quando muito, apenas parte das necessidades reais da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de acesso e de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Nesse contexto, o acesso à habitação só se viabilizou através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção (IPEA, 2016, p. 29).

A produção do espaço ocorre permeada de contradições e é definida pela valorização do capital, mercantilização da terra e financeirização.

4.1 Regularização Fundiária

A regularização fundiária de assentamentos oriundos de ocupações ou de loteamentos destinados à área de interesse social é uma forma de intervenção pública, de oferecer a legalização e melhorias desses espaços para as famílias residentes, envolvendo aspectos jurídicos e urbanísticos.

Dentro desse processo, entende-se que a regularização deve estar imbricada com a urbanização, para que as famílias possam ter acesso não somente a segurança da posse, mas às melhorias no espaço construído, aos espaços de cultura, lazer e convívio social.

Conforme vem se analisando na presente pesquisa é possível observar que no Brasil algumas políticas foram adotadas em direção a questão habitacional para as pessoas com pouca renda, apesar de muitos dos problemas habitacionais persistirem, reiterando as desigualdades socioespaciais.

Em Vitória da Conquista/BA, as ações desenvolvidas pelo poder público seguem da mesma forma, com algumas atuações direcionadas para os assentamentos precários, mas que encontram inúmeras dificuldades para serem realizadas.

Uma das maiores reivindicações dos moradores se refere à posse da terra, que é a maior insegurança das famílias que moram nos assentamentos, porém a regularização fundiária somente começou a ocorrer em 2015 e ainda encontra-se em um processo lento.

Para as famílias que vivem nos assentamentos uma das maiores apreensões e temores sempre foi o título da terra, não o possuir gera uma total insegurança nesses sujeitos que temem perder o teto a qualquer momento. Todavia, a discussão a respeito da regularização dos assentamentos somente ocorre pelo poder público em alguns momentos, impulsionada pela população que reivindica moradia e regularização.

Diversos marcos regulatórios vêm sendo criados, mais precisamente após os anos 2000, no sentido de viabilizar habitação para as famílias de menor renda. Vários aparatos jurídicos se debruçam na tentativa de atender reivindicações da população e diminuir as mobilizações, entre outras.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Vitória da Conquista que, de acordo o Ministério das Cidades (2008), é “um conjunto de objetivos e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais e institucionais quanto à orientação do planejamento local do setor habitacional”, começou a ser elaborado entre 2008 e 2009 com a consultoria do professor Mário Rubem Costa Santana e da professora Daniela Veiga. No entanto, não foi finalizado e no final do ano de 2012 foi recommençado pela empresa Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos, homologado em abril de 2013.

O processo de regularização começa em 2015, com o prefeito Guilherme Menezes que ocupou o cargo até 2016.

Na regularização fundiária pouco se conseguiu avançar. Com a eleição do atual prefeito, Herzem Gusmão, a questão foi retomada, dando início novamente ao processo de regularização dos assentamentos precários. Esse processo continua apresentando lentidão.

De acordo com Roberto Peçanha, gerente de regularização fundiária, o Município já disponibilizou aproximadamente 5.400 escrituras e concessão de uso, emitidas para vários assentamentos da cidade. O processo se constitui de várias etapas: levantamento topográfico, cadastro socioeconômico, elaboração da Cessão de Direito Real de Uso (CDRU) e emissão da escritura pelo cartório. O Quadro 1 apresenta a relação dos assentamentos em processo de regularização fundiária.

Quadro 1 – Assentamentos em processo de regularização fundiária.

Assentamento	Início do processo de regularização
Vila América	2018
Parque da Colina	2018
Renato Magalhães	2017
Henriqueta Prates	2017
Vila América	2019
Alto do Bruno Bacelar	2017
Recanto das Águas	2017
Paulo Rocha	2017
Anelita Nunes	2017
Machado Costa	2017

Fonte: Prefeitura de Vitória da Conquista, BA. Organização: Uriana Ribeiro (2019).

A regularização fundiária deve abranger direitos complementares e propiciar a integração dessas famílias à cidade formal. Entretanto, infraestrutura e transporte são os itens mais precários nos assentamentos. No Quadro 2 é possível observar a situação de alguns assentamentos em relação à pavimentação e rede de esgoto.

Quadro 2 – Pavimentação e rede de esgoto nos assentamentos de Vitória da Conquista/BA.

Assentamento	Pavimentação	Rede de Esgoto
Vila América	sim	Sim
Renato Magalhães	não	Sim
Henriqueta Prates	parcial	Sim
Machado Costa	parcial	Sim
Recanto das Águas	parcial	Parcial
Paulo Rocha	parcial	Parcial
Anelita Nunes	parcial	Parcial

Fonte: Pesquisa de campo. Organização: Uriana Ribeiro (2019).

Embora toda a pavimentação e sistema de esgoto tenham sido implantados no assentamento Vila América, ainda têm famílias que não conseguiram fazer a transferência da fossa para o sistema de esgoto, pois não possuem o dinheiro para comprar o material de instalação do passeio para dentro da habitação. Já no assentamento Paulo Rocha o sistema de esgoto não foi implantado em todo o assentamento.

A habitação adequada vai além de um teto para habitar, está relacionado à saúde, educação, lazer, bem-estar, ócio, segurança financeira, segurança, enfim, dignidade. Assim, o que está imbricado com a habitação adequada é um conjunto de fatores sociais, estruturais, econômicos, legais e emocionais. Tais questões impactam a vida de muitas famílias, pois não ter acesso a determinados itens mínimos de dignidade humana faz com que elas sejam marginalizadas e convivam com a insegurança econômica e social, se tornam comunidades extremamente vulneráveis.

Durante a pesquisa de campo, no assentamento precário Recanto das Águas, é notória a pobreza das famílias que ali habitam, assim como a falta de equipamentos sociais. As figuras 15, 16 e 17 registram a falta pavimentação nessa localidade.

Figura 15 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 16 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 17 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Em se tratando de equipamentos sociais, o assentamento possui uma creche, símbolo de emancipação e autonomia das mulheres na atualidade. Esse espaço atende também as famílias do assentamento Henriqueta Prates. É um equipamento bem estruturado e de grande valia para as famílias, principalmente para mulheres, devido às marcas do patriarcado na divisão do trabalho e o número de famílias chefiadas por elas. A população tem algumas reivindicações quanto ao funcionamento do equipamento e reclamam da corriqueira falta de água na creche. Nas figuras 18, 19 e 20 é possível visualizar a creche Municipal Recanto das Águas.

Figura 18 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 19 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 20 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

De acordo com o IBGE, pouco mais de 28,9 milhões de lares são chefiados por mulheres e estes dados revelam a importância das creches, principalmente para as famílias com pouca renda. As mulheres pobres estão no mercado de trabalho, em sua maioria em trabalhos degradantes, de pouca remuneração, sem CLT e pouco valorizados pela sociedade; precisam se sustentar e sustentar a família. Geralmente, os trabalhos desenvolvidos por essas mulheres são: faxineira, doméstica, diarista, catadora de materiais para reciclagem, costureira, comércio, dentre outros.

Assim, esse espaço é um equipamento social importante para as mulheres trabalhadoras que necessitam de uma rede de apoio coletiva, fruto de inúmeras reivindicações no Brasil desde a década de 1930.

A questão da água na cidade é um ponto importante também, não somente pelos intervalos de racionamento no verão para equipamentos sociais nos espaços mais pobres, mas as habitações desses locais também são atingidas. Muitos moradores reivindicam a possível forma desigual do racionamento, pois não percebem o mesmo espaço de tempo em outros bairros. Ou seja, a reclamação de algumas famílias se refere à falta de água ser longa em alguns assentamentos. Na figura 21 é possível localizar o assentamento Henriqueta Prates e Recanto das Águas em Vitória da Conquista/BA.

Figura 21 – Assentamentos Precários – Loteamentos Henriqueta Prates e Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS - LOTEAMENTOS HENRIQUETA PRATES E RECANTO DAS ÁGUAS, VITÓRIA DA CONQUISTA - BA, 2019



O presidente da Associação do Henriqueta Prates explicou sua preocupação com a falta de áreas para cursos ou eventos culturais. A exemplo disso, há o registro do descaso do poder público com a edificação, apresentado nas figuras 22, 23 e 24. Tais espaços foram construído pela prefeitura e encontram-se abandonados e poderiam ser utilizados para o oferecimento de cursos e atividades culturais para a população que reside no Recanto das Águas e entorno. A maior parte da deterioração ocorreu por causa das chuvas e intensificou a a ravina que existe ao lado da construção.

Figura 22 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 23 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista/BA, 2019.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Figura 24 – Assentamento Recanto das Águas, Vitória da Conquista BA, 2019



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Nos assentamentos é muito perceptível a falta de espaços para a promoção de cursos, cultura e lazer. Durante a pesquisa nos assentamentos, a maioria das famílias relataram frequentar igrejas católicas ou protestantes. A protestante lidera o número nesses espaços e muitas famílias dividem o cotidiano em casa, no trabalho e na igreja.

A maior parte dos entrevistados relatou que não participa de associações, sindicatos, pastoral ou conselhos municipais. A expressiva participação dos moradores é somente na igreja. De acordo as associações dos assentamentos, a participação da comunidade poderia ser mais engajada, tanto que uma das dificuldades das associações é a eleição para presidente da mesma, pois, em muitos casos, a pessoa que já estava no cargo anteriormente exerce vários mandatos devido à falta de chapas.

Todavia, vários fatores afastam a população pobre de uma participação ativa. O contexto de desigualdades a qual as famílias estão submetidas é um dos motivos que afasta do envolvimento social mais efetivo, pois a esses sujeitos são relegadas longas jornadas trabalho, em sua maioria, em condições precárias, o que garante apenas a subsistência. Desta forma, tempo e disposição não são presentes no cotidiano dos moradores.

Durante a pesquisa de campo, muitos relataram que anterior à ida para as ocupações, eles pagavam aluguel, moravam com familiares ou viviam em habitação emprestada em outros locais da cidade, como: Ibirapuera, senhorinha Cairo, Guarani, Alto Marom, Pedrinhas, Patagônia, Vila Elisa, URBIS 6, Renato Magalhães, dentre outros.

Em termos gerais, as habitações dos assentamentos geralmente possuem entre dois e cinco cômodos. Comumente, os banheiros são dentro da habitação, sendo 1% o número de banheiros fora da habitação e o que chamou atenção durante a pesquisa foi o número de pessoas que utilizam o mesmo banheiro.

A quantidade de pessoas varia de duas a dez por habitação, geralmente quando a família é composta por duas pessoas são a mãe e o(a) filho(a). Algumas apresentam o famoso “puxadinho” que, na maioria das vezes, é habitado por um filho ou filha que tenha prole. As condições estruturais desses espaços são mais precárias, com paredes sem acabamento e sem piso, chegando, muitas vezes, a ter somente um banheiro compartilhado entre as duas habitações. Há também, com um número bem reduzido, a utilização de cercados em volta de algumas casas, pois as famílias não têm condições materiais para a construção de muros.

O abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, adensamento excessivo nos domicílios próprios e a ausência de sanitário interno no domicílio são alguns dos itens de inadequação habitacional, conforme o Plano Estadual de Habitação de Interesse social e Regularização Fundiária.

De acordo o relatório do Plano Estadual (2015), Vitória da Conquista/BA está entre os municípios da Bahia que apresentam índice de inadequação habitacional maior que a média do estado, com 50,38%.

Nos assentamentos são visíveis várias atividades comerciais criadas pelas famílias como alternativa para a falta de supermercados, farmácias, lojas de material de construção, pequenos bares, pequenas lojinhas. Alguns ainda apresentam pequenas feiras, como é o caso o assentamento Vila América. Essas alternativas comerciais também atuam como forma de recurso econômico.

Muitas famílias reclamam sobre a violência nos assentamentos, a iluminação precária e a falta policiamento. Assim, o medo de andar pelos assentamentos em determinados horários é um fator agravante que implica diretamente sobre o lazer e a cultura, itens que a população quase não tem acesso. Com o medo da violência e da criminalidade, a liberdade se reduz no cotidiano das famílias e muitos moradores relatam que ir para escola ou o trabalho, em muitos momentos, é ameaçador.

Esse medo não é único de uma classe social, mas a vulnerabilidade dos espaços pobres é muito maior. A população negra e pobre são as maiores vítimas e para alguns jovens moradores dos assentamentos o aparelho repressor do estado, em muitos momentos, é o autor da violência.

Faz-se necessário também expor o preconceito sofrido pelas pessoas que habitam nos assentamentos. Desde o modo de vida, vestimentas, até mesmo os dialetos que acabam sendo construídos em determinados espaços são fatores que influenciam a intolerância.

O local de origem, condição sócio-econômica e pertencimento étnico-cultural são alguns dos fatores que também alimentam o preconceito enviesado na ideia de que alguns sujeitos estão inaptos para acessar determinados espaços da cidade, como shoppings, praças, entre outros. De acordo relatos de alguns moradores dos assentamentos, eles têm muita dificuldade para acessar um táxi dependendo do horário, pois os taxistas não atendem determinados assentamentos à noite, por exemplo. Ademais, os próprios trabalhadores não se sentem pertencentes à cidade com suas construções grandiosas e completamente distantes de suas realidades.

De um modo geral, esses espaços são marcados pela pobreza e nas ocupações se percebe que muitas famílias convivem com a falta de itens básicos como: alimentos, material de limpeza e produtos de higiene pessoal. Nesse sentido, as mulheres, idosos e crianças, são os mais vulneráveis.

Também é notória as dificuldades para acessar espaços culturais e de lazer que são extremamente importantes para a sociabilidade, sendo uma das carências apontadas pelas famílias durante a pesquisa; o muro da segregação em alguns momentos é invisível, mas é sentido.

O acesso a saúde e a educação também estabelecem muitas similaridades com a Inglaterra interpretada por Engels. Embora os avanços na saúde e educação que, em alguns momentos avança, em outros retrocede, ainda seja distinto da burguesia, não se pode negar, a importância e necessidade para a manutenção do próprio sistema. Haja vista ser necessário o trabalhador ter acesso a vacinas e alguns medicamentos, para vender sua mão –de-obra e sustentar o modo de produção, assim como, saber decodificar códigos para realizar o processo de produção de mercadorias.

A massa trabalhadora produz formas de sobrevivência no espaço. Algo chama atenção nos assentamentos precários: muitos moradores apontaram a igreja como único espaço de participação e por isso existe a constante presença das igrejas nesses espaços. Para a massa trabalhadora a não existência dos espaços culturais e de lazer e a falta de acesso a outros pontos da cidade, torna a igreja o lugar do encontro ou o único lugar destinado a eles. Para além disso, toda a vulnerabilidade a qual são submetidos faz da fé um meio de subsistência imaterial para muitas famílias.

Por outro lado, são espaços, em sua maioria, utilizados para o controle da massa trabalhadora com os discursos de que “As provações são necessárias para se alcançar o céu” ou “No momento certo Deus nos dará a vitória” e “Abençoem seu patrão” são jargões que contribuem para o controle do corpo da mulher, visto que, além de trabalhadora, ela gera a massa trabalhadora para eleger políticos. Também são utilizados para reproduzir os mais variados tipos de violências e abusos, extorsão financeira e para manter a ideologia da “família ideal” normatizada pela sociedade e que contribui para a reprodução do capital, pedra angular do sistema capitalista.

Mas o que atrai as famílias para as igrejas? Além de ser o lugar do encontro, da fé, os espaços religiosos produzem ações e auxiliam a subsistência da vida para além do imaterial. Cestas básicas, cursos, atendimento médico, dentre outros. O pão e circo tão necessário ao sistema, a caridade para afastar a justiça social. Na Figura 25 pode ser visto um templo religioso, uma das edificações frequentes nos assentamentos.

Figura 25 – Igreja no Assentamento Recanto das Águas.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

A união com a pouca estrutura que os assentamentos precários possuem gera ações para a reprodução da vida. Dessa forma, vão se desenhando as formas de subsistência para além do material, para além do teto e parede, pois essa população não possui um território bem servido de urbano, não usufruir da cidade.

Como por exemplo, um espaço comunitário no conjunto habitacional da URBIS 6 que, propicia atividade física para mulheres, e que também atende os assentamentos Machado Costa e Paulo Rocha. Outra estrutura é uma horta comunitária no assentamento Vila América que segue como exemplos de ações com iniciativa do poder público que os moradores utilizam.

Figura 26 – Horta comunitária no Assentamento Vila América.



Fonte: Uriana Ribeiro (2019).

Uma característica predominante nos assentamentos da cidade é a falta de espaços de lazer e praças, pois na maior parte dos assentamentos nem as demarcações para uma praça existem e os espaços para os pobres são ainda mais reduzidos. Assim, de acordo Carlos (1994, p. 190),

As contradições do processo de produção espacial voltada para a realização da mais-valia, dirigida a uma fração pequena da sociedade, conduz à degradação do meio ambiente e das condições de vida, e concorre para a articulação e organização da população na luta por seus direitos. Assim, no embate entre essas forças do que é bom para o capital e do que é bom para a sociedade, o espaço urbano se (re) produz.

A concentração de renda é uma das características do país que convive com um número cada vez maior de famílias excluídas da cidade formal, uma vez que a cidade tem sido uma mercadoria. A mercantilização dos espaços tem predominado e,

Assim, a análise do mundo moderno nos impõe o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade - nesta dimensão sua produção revela-o enquanto mercadoria – isto é a reprodução do capital realiza a mercantilização do espaço. Nesta direção impõe o espaço enquanto valor de troca pela generalização da propriedade privada da terra – no campo e na cidade. Os sem-terra e os sem teto são a expressão mais visível deste processo. Também são eles que colocam em xeque, com suas lutas esta contradição, ao levantar a bandeira do direito à vida pois ela só pode se realizar enquanto prática sócio-espacial. E nesta direção requer na cidade a moradia como condição primeira para realização da vida e no campo a terra para plantar e morar condições de realização da vida. Neste embate se questiona no campo a improdutividade da terra na cidade a ausência de moradia. Na cidade o processo que encobre a contradição esta encoberta, aparece aqui e ali com os prédios abandonados que viram alvo de ocupação, na realidade a cidade em suas formas encobre o solo como reserva de valor pois ele se realiza no construído, os modernos escritórios de serviços recentemente criados é a face deste momento que vivemos no qual o capital financeiro se volta a mercado imobiliário para realizar a reprodução (CARLOS, 2004, p.12).

A cidade mercadoria se impõe na lógica capitalista e, em Vitória da Conquista/BA, a população pobre, moradora dos assentamentos precários, é cada vez mais segregada. Essa segregação social, econômica e cultural é fruto do modelo capitalista que avança em todos os espaços. Diante do exposto nesta pesquisa, se percebe que muitos são os vazios da política do município para a habitação, pois vários aspectos de segregação são características dos assentamentos precários, um abismo separa essas famílias de uma urbanização que promova de fato o direito a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Programa Municipal de habitação popular de Vitória da Conquista/BA permitiu formular algumas questões a respeito da permanência da precariedade tanto nos assentamentos oriundos de ocupações quanto os instituídos pelo próprio programa, além do fato de as ocupações continuarem a acontecer na cidade, denotando que não ocorreram muitos avanços quantitativos ao longo dos anos.

Desta forma, o direito de uso dado às famílias dos assentamentos, ao longo desses anos, não sanou dificuldades sociais e urbanas dos moradores, anteriores aos assentamentos. Assim, um Programa de Habitação no qual não priorize o acesso a um transporte de qualidade, saúde, educação, segurança, lazer, cultura, trabalho e renda não tem possibilidade de minimizar as desigualdades. Não basta estar escrito na lei; é preciso que de fato ações sejam promovidas nesse sentido.

Entendendo o direito a habitação como acesso não somente a moradia, mas a equipamentos e serviços sociais, percebe-se que o Programa Municipal de Habitação teve e tem muitas deficiências, não intervindo de forma efetiva nos aspectos de precariedade dos assentamentos, ou seja, a gestão urbana da cidade se mostra distante da realidade das famílias e ignora as reais necessidades para uma inserção social e urbana.

A pesquisa de campo possibilitou o entendimento de que muitas famílias dos assentamentos precários não têm acesso a cidade, não apenas em aspectos territoriais, mas político, social e econômico.

Assim, é notório que o desemprego e o não acesso à renda reforçam ainda mais a exclusão das famílias segregadas espacial e socialmente. Inegavelmente, a cidade é construída pelos trabalhadores que moram nos assentamentos precários e esses sujeitos não têm acesso à cidade construída por eles próprios, com todos os equipamentos necessários e acessibilidades.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa foi possível observar que novas ocupações vêm ocorrendo na cidade, mesmo com um Programa de Habitação Popular do Município. Esse movimento registra a complexidade da questão habitacional, pois ao longo dos anos muitas famílias ainda permanecem sem uma habitação e buscam uma alternativa para habitar através das ocupações.

Também foi possível compreender que a provisão da habitação para as famílias pobres não é só o acesso a um terreno ou paredes e telhas; é um processo que deve ser pensado tendo como primazia a obtenção de uma melhor qualidade de vida urbana e social para as famílias com pouca ou nenhuma renda.

Certamente é necessário que Programas de Habitação compreendam o perfil socioeconômico das famílias dos assentamentos e suas demandas. Assim, ocorrerá um avanço no sentido de compreender a habitação para além de um teto e essa população terá acesso à cidade urbanizada.

De acordo Rolnik (2011), a política de habitação no Brasil está sempre voltada para a produção de habitações, mas morar tem uma amplitude muito maior que um teto. Haja vista que a partir da moradia as famílias podem ter acesso ou não a um transporte de qualidade, saúde de qualidade, educação, espaços de lazer, espaços culturais, iluminação pública de qualidade, saneamento básico, pavimentação, praças, dentre outros fatores.

Nesse contexto, o poder público precisa desenvolver ações com metas quantitativas e qualitativas para que de fato possa ocorrer uma redução da exclusão social e urbana. Uma política habitacional fincada apenas em quatro paredes e articulada de forma centralizada, sem a participação das famílias, não propicia resultados positivos em seu desenvolvimento. Ela deve ir além de um modelo único e com a população envolvida em todo o processo.

Verificou-se algumas ações do poder público nos assentamentos, como sistema de esgoto, pavimentação e principalmente a instalação de escolas, creches e postos de saúde e, ainda que nem todos os assentamentos tenham sido contemplados, são ações positivas que melhoram o cotidiano das famílias ali residentes.

Algumas dessas ações do poder público são resultados de reivindicações das famílias, em muitos momentos através de representantes das associações das ocupações, desta forma, compreende-se que as mobilizações por melhores condições de trabalho, habitação, entre outros, ao longo do tempo tiveram e têm um papel de resistência e possibilitaram várias conquistas, como algumas que foram mencionadas. Todavia, são concessões do próprio modo de produção para se reproduzir e apresentam delimitações que não serão superadas no capitalismo, embora sejam formas de resistências que precisam ocorrer continuamente.

Outra questão que merece destaque é a regularização fundiária que está em processo e para as famílias é algo muito importante, pois a insegurança da posse sempre foi uma apreensão para os habitantes dos assentamentos, tanto que anterior ao início do processo de regularização evitavam falar sobre a documentação da habitação e hoje estão mais seguros por estar em processo de regularização.

Certamente a integração da população dos assentamentos precários no espaço urbano deve ser uma das ações de uma política de habitação social para constituir uma resposta social à crise da habitação que atinge a população pobre.

Contudo, o caráter assistencialista das políticas, a não ação dos seus objetivos e falta de preparo dos sujeitos envolvidos na aplicação demonstram a distância entre as verdadeiras necessidades dos ocupantes e o poder público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho Almeida. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – Ba.** Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005.

BLOG DO ANDERSON, “**nos barracos da cidade**”: a luta das ocupações ‘cidade bonita’ e ‘comunidade maravilhosinha’ pelo direito à moradia adequada em Vitória da Conquista. Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2017/09/20/nos-barracos-da-cidade-luta-das-ocupacoes-cidade-bonita-e-comunidade-maravilhosinha/>. Acesso em 8 de setembro. 2019

BRASIL. **Estatuto das Cidades** n.10257 de julho de 2001- estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Curso a Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Brasília, DF, 2009.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo. Reflexões sobre a questão urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2000

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, vol. XXIX, p.711-732, 1994.

BONDUKI, Nabil (1982), «**Origens do problema da habitação popular em São Paulo 1886-1918**», in Espaço & Debates, n.º 5, São Paulo.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CARVALHO, C; RODRIGUES, R. **O direito à cidade.** Editora: Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re) Produção do espaço urbano.** São Paulo:EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo: teorias e política** (the city and rural question: theory and politics). **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 5, nov. 2004. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/132>>. Date accessed: 14 dec. 2019.

Legislação, atos e leis. **Código de Obras Arthur Saboya**, (Lei nº 3.427, de 19 de novembro de 1929), disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-663-de-10-de-agosto-de-1934/consolidado>. acesso em 14 de novembro de 2019.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006

ENGELS, Friedrich. **O problema da habitação**. Tradução António Pescada. São Paulo: Estampa, (s.d). Original de 1887.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Edésio. **Foco em Políticas Fundiárias**. Regularização de assentamentos informais na América latina. Lincoln InstituteOf Land Policy, 2011.

FERRAZ, Ana Emília de Q. **O urbano em construção. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, **Estatística e informações: Demografia e indicadores sociais**. Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: fJP, 2018

GORDILHO, Angela Souza. LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Regularização fundiária em áreas de ocupação informal: Titulação coletiva e individual**. Anais; Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: Balanço das experiências de implementação do Estatuto da Cidade. Recife, PE, junho de 2004.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital, e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Tradução Flávio Villaça. In: Espaço e Debates, São Paulo, n. 6, 1982.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censos Demográficos do Brasil – Bahia**. 1940 a 2010.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lucio. **Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Primera edición. Madrid: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARICATO, Ermínia. São Paulo. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** [fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf](http://deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf). São Paulo 1995.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. In: Leonardo Basci Castriota (org.). Urbanização Brasileira – Redescobertas. **Conhecer para resolver a cidade ilegal** Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo: atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **O nó da terra.** Revista Piauí 21, ano 2, p. 35, jun. 2008.

MARICATO, Ermínia. **O Estatuto da cidade periférica.** In: CITIES ALLIANCE/MINISTÉRIO DAS CIDADES (org.). **O Estatuto da Cidade comentado.** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Metodologia, princípios e diretrizes. Planos locais de Habitação de Interesse Social** – curso a distância. Mod. 2 Brasília: Ministério das Cidades, 2008b.

MORAIS, Maria da Piedade, KRAUSE, Cleandro e NETO, Vicente Correia Lima. IPEA **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros.** Brasília, 2016

RELATÓRIO: **Síntese do PLANEHAB 2010/2013.** Secretaria de desenvolvimento urbano. Salvador: SEDUR, 2015

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 2 ed. São Paulo, contexto, 1997.

ROLNIK, Raquel. KLINK, Jeroen. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias?.** XIV Encontro Nacional da ANPUR Maio de 2011. Rio de Janeiro - RJ – Brasil.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015, 424 p.

ROLNIK, Raquel. **Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2009. rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo.**

Disponível: <<https://www.caumg.gov.br/wpcontent/uploads/2016/06/10Anos-do-Estatuto-da-Cidade.pdf>>

ROLNIK, Raquel. GUERREIRO, Isadora. **Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade.** Uol 2020 Disponível em:
<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2020/09/08/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Ângela G. Limites do habitar: **segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX.** Salvador: EDUFBA, 2000.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica.** Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

SANTANA, Mário Rubem Costa. **O cotidiano da verticalização de favelas: Uma alternativa habitacional em Salvador.** Dissertação de Mestrado: UFBA, 1994.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Descompassos entre quem precisa e para quem se produz habitação no Brasil (1940 - 2015) Análise da distribuição e contratação da produção habitacional do Programa Minha Casa Minha.** Dissertação de Mestrado: UFBA, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado aos moradores dos assentamentos precários na cidade de Vitória da Conquista BA

Nome do assentamento:.....

Perfil sócio – familiar:

Nome:.....Cidade de origem.....Idade:.. Religião.....Sexo.... Quanto tempo mora no assentamento:... Escolaridade:.....Renda familiar.....N de famílias que mora na habitação.....N. de membros da família:.....Quantos estudam.....

Quantos trabalha.....Quais funções exercem.....

Motivo da escolha do local que reside.....Participação sócio comunitária:

Associação de moradores () Sindicatos () Pastoral () Conselhos municipais ()

Outros.....Condições da habitação:

Forma de ocupação e titularidade do imóvel

Cedido () Comprado () Alugado () Outro.....

Possui titularidade do lote: Sim () Não ()

Tipo de construção/ Aspectos gerais da habitação:

Auto construção () outros

Vertical () Térrea () Número de cômodos ()

Paredes: Alvenaria () Adobe () Materiais improvisados

Telhado: Laje () Telha de fibrocimento () Telha de barro () Materiais improvisados

Piso: Cerâmica () Terra batida () Madeira () Cimento ()

Sanitários: Quantidade () Individual completo () Individual necessitando de melhorias () Quais melhorias

Coletivo () Coletivo Precisando de melhorias () Quais Melhorias ?.....

Sanitário Dentro da habitação () Sanitário fora da habitação ()

Eletrodomésticos: Geladeira () Televisão () micro-ondas () Lavadora de roupas () outros.....

Equipamentos e aparatos Gerais: Escolas () Creches () Postos de saúde () Centro comunitário () Posto policial () Unidades religiosas () Supermercado () Feiras () Lojas () Farmácias () Centro cultural () Restaurantes () Praças ()

Saneamento básico: Abastecimento de água pública () Abastecimento de água clandestina ()

Esgotamento sanitário: Rede Oficial () Céu aberto () Fossa comum() Outros

Coleta de lixo: Sim () Não ()

Energia Elétrica: Rede pública () Rede clandestina () Outros

Iluminação nas vias públicas: Não tem () Tem/ É regular () Tem/ Não é regular ()

Transporte público:

sim/ com qualidade () Sim/ qualidade ruim () Não possui transporte público ()

O que você gostaria de melhorar em sua habitação:

.....

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro para Entrevistas abertas com lideranças da associação de moradores

Identificação do entrevistado: Nome, sexo, idade, escolaridade, nome da associação, cargo ou função.

1. Qual a origem da associação e em que data foi criada?
2. Quais as principais reivindicações da associação no momento de sua criação?
3. E agora, quais são as suas principais reivindicações?
4. O que vocês entendem por habitação?
5. Quando começou a ocupação?
6. Como foi o processo de ocupação?
7. Como era o assentamento quando começou?
8. Houve mudanças no assentamento? Se sim. Quais?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O SETOR DE HABITAÇÃO POPULAR DE VITÓRIA
DA CONQUISTA BA

1. Quais são os principais programas da secretaria ou do setor relacionado?
2. Existe participação do quadro técnico em programas federais de capacitação promovido pelo ministério das cidades ou outros órgãos?
4. Qual a relação do órgão com o ministério das cidades?
5. Quais recursos federais destinados à habitação de interesse social o município foi ou está sendo contemplado?
6. Quais são as ações da secretaria para viabilizar a melhoria das unidades Residenciais dos aglomerados de habitações ocupadas por populações nos assentamentos precários mencionados acima?
7. Como está o processo de regularização fundiária dos assentamentos mencionados acima?
8. Quais são as ações do programa para viabilizar aparatos sociais e infraestrutura nos assentamentos mencionados?
9. Em sua opinião qual a importância do PLHIS na política municipal habitacional?
10. existe um planejamento do órgão?
11. Como funciona a formação do conselho Municipal de Habitação? Na sua opinião como o conselho municipal de habitação tem atuado?
12. Qual a relação da secretária com as associações dos assentamentos acima citados?
13. o município dispõe de terra pública para empreendimentos habitacionais?
14. Quais as ações do Programa Municipal de Habitação da cidade de Vitória da Conquista BA para sanar as questões referentes a habitação?
15. Quantas famílias Já foram atendidas pelo programa? Quantas estão ainda no cadastro?
16. O Programa Municipal de Habitação tem cumprindo o que foi proposto em sua criação?